

ATA DA OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 11-9-2017.

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Gilson Padeiro, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Reginaldo Pujol. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoní Medina, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fabrício Lunardi, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 240/17 (Processo nº 2165/17), de autoria de Adeli Sell; o Projeto de Lei do Legislativo nº 201/17 (Processo nº 1739/17), de autoria de José Freitas; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 217/17 (Processo nº 1885/17), de autoria de Mauro Pinheiro. A seguir, foi apregoado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença para Tratamento de Saúde do dia seis ao dia dezesseis de setembro do corrente, tendo o Presidente informado que o suplente Gilson Padeiro foi empossado na vereança no dia oito de setembro do corrente, e que Sua Senhoria integra a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Lenora Horn Schneider, Presidenta da Associação Brasileira de Bacharéis, Profissionais e Estudantes de Turismo – Seção Rio Grande do Sul – ABBTUR –, que discorreu sobre a valorização do profissional bacharel em turismo e projeto de lei que trata da redução do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – para organizadores de eventos em Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Airto Ferronato, Márcio Bins Ely, Dr. Goulart, Idenir Cecchim e João Carlos Nedel manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e cinquenta e dois minutos às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia onze ao dia treze de setembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Fabrício Lunardi, após a entrega do seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando que Sua Senhoria integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL. Na oportunidade, foi apregoada Declaração de autoria de Felipe Camozzato, Líder da Bancada do NOVO, informando o impedimento do suplente Lino Zinn em assumir a vereança do dia onze ao dia treze de setembro do corrente. Após, por solicitação de Adeli Sell, foi realizado

um minuto de silêncio em homenagem póstuma a José de Jesus Souza e a Ana Maria Carraro Corrêa. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Fabrício Lunardi, nos termos do § 8º do artigo 12 do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Maluco do Bem, Adeli Sell, Fabrício Lunardi, Dr. Thiago, Valter Nagelstein, João Carlos Nedel, Roberto Robaina, Mônica Leal, Fernanda Melchionna e Cláudio Janta. Na ocasião, foi apregoado documento assinado por Rodrigo Maroni, informando sua desfiliação do Partido da República e sua filiação ao PODEMOS, no dia quatro de setembro do corrente. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se André Carús e Cassiá Carpes. Às dezesseis horas e trinta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. A seguir, foram aprovadas as indicações dos nomes de Moisés Maluco do Bem e Rodrigo Maroni para integrar, como titulares, a Comissão Representativa. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Ainda, foi aprovado Requerimento de autoria de Dr. Thiago, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dezesseis ao dia vinte e seis de outubro do corrente. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 158/17 (Processo nº 2295/17), por treze votos SIM, dez votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, após ser encaminhado à votação por Sofia Cavedon, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Aldacir Oliboni, Fabrício Lunardi, Valter Nagelstein e Fernanda Melchionna, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Fernanda Melchionna, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra, votado Não Dr. Goulart, Fabrício Lunardi, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Reginaldo Pujol, este com Declaração de Voto, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e optado pela Abstenção João Bosco Vaz. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/17 (Processo nº 0865/17), após ser discutido por Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Prof. Alex Fraga, Tarciso Flecha Negra, Fabrício Lunardi e Dr. Thiago. Durante a apreciação do Projeto de Lei do Legislativo nº 088/17, Cassio Trogildo afastou-se da presidência dos trabalhos, nos termos do artigo 22 do Regimento. A seguir, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por João Bosco Vaz e Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 164/17 (Processo nº 2359/17). Às dezessete horas e quarenta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Valter Nagelstein, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 010/17, discutido por Sofia Cavedon e Fabrício Lunardi, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 029, 036, 026/17, este discutido por João Carlos Nedel, e 033/17, este discutido por Aldacir Oliboni, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 245/16, 182, 204, 222, 232, 248, 142/17 e 203/13, estes dois discutidos por João

Carlos Nedel, e os Projetos de Lei do Executivo nºs 019 e 022/17; em 2ª Sessão, os Projetos de Emenda à Lei Orgânica nºs 011 e 007/17, este discutido por Sofia Cavedon e João Carlos Nedel, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 094, 212, 214, 221, 228, 229 e 247/17, e os Projetos de Resolução nºs 037 e 041/17. Na ocasião, foi apregoado o Processo nº 1908/17, de autoria do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre – Simpa. Durante a Sessão, Tarciso Flecha Negra manifestou-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Jussara Cony, ex-vereadora deste Legislativo, de Luis Carlos Heinze, deputado federal, e de alunos da Escola Municipal Heitor Villa Lobos. Às dezoito horas e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Valter Nagelstein, Adeli Sell e Cláudio Janta e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 06 a 16 de setembro de 2017. O Suplente Gilson Padeiro assumirá no lugar do Ver. Professor Wambert e tomou posse no Gabinete da Presidência na sexta-feira, dia 08 de setembro de 2017. O Ver. Gilson Padeiro integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da ABBTUR – Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo que tratará de assunto relativo à valorização do profissional bacharel em turismo e projeto de lei que trata da redução do ISSQN para organizadoras de eventos em Porto Alegre. A Sra. Lenora Horn Schneider, representando a Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo/Secção Rio Grande do Sul, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. LENORA HORN SCHNEIDER: Boa tarde. Quero, em nome da ABBTUR, Secção Rio Grande do Sul, agradecer o espaço desta tribuna, especialmente agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Cassio Trogildo, que nos recebe neste momento. Estamos no mês de setembro, 11 de setembro de 2017 é uma data bastante emblemática para nós da área do turismo, do setor turístico. Estamos num mês onde nós festejamos o maior evento da Pátria, o Sete de Setembro, temos o Vinte de Setembro, nossa data maior de comemoração da Revolução Farroupilha para o turismo, no âmbito mundial, quando festejamos no dia 27 de setembro o Dia Mundial do Turismo, que, segundo a Organização Mundial do Turismo, a atividade turística tem experimentado uma expansão na diversificação contínua para se tornar um dos maiores

e mais crescentes setores econômicos do mundo, nessas últimas seis décadas. A atividade hoje já representa 9% do PIB mundial e ela impacta em torno de US\$ 1,5 trilhão em exportações anuais. O turismo promove a inclusão social, gera oportunidades de negócios, de novos investimentos em infraestrutura para uma cidade, estado ou país. A geração de empregos é frequente e as receitas são muito reais. Podemos dizer que, desde 1950, existe uma crescente chegada de turistas internacionais. Estatísticas, já que nós temos, são de 25 milhões em 1950, passando para 278 milhões em 1980, e hoje já estamos, em 2015, com 1 bilhão de turistas internacionais viajando pelo mundo. Estamos aqui hoje para apresentar a Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo – ABBTUR, que está agora, sob minha direção, como presidente da entidade, remodelando nosso estatuto, remodelando-o, e achamos que estamos num momento muito bom. Foi criada a ABBTUR em 14 de julho de 1978; no ano que vem, estaremos comemorando 40 anos aqui, com a sede em Porto Alegre, e gostaríamos de solicitar o apoio dos Srs. Vereadores que aqui se encontram.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

A SRA. LENORA HORN SCHNEIDER: A ABBTUR, em âmbito nacional; a ABBTUR seccional Rio Grande do Sul; os benefícios que essa entidade traz, as principais ações, a profissão, a ética e a demanda da entidade.

O que é a ABBTUR? É a Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo, uma entidade de âmbito nacional, sem fins lucrativos. E nós temos em mais de 16 estados brasileiros com representação no território nacional. Os seus afiliados das seccionais são turismólogos e profissionais do setor nesse nosso cenário. Hoje, o Presidente é do Rio de Janeiro, o Elzário Pereira Junior; eu sou a Vice-Presidente nacional; a nossa Diretora Rita Michelin, que era ex-Presidente, já é Diretora Administrativa; o Diretor Financeiro é o Luciano, do Espírito Santo. Nós temos hoje um Vice-Presidente em cada seccional do Brasil. Hoje eu estou na Presidência, a Rita Michelin é a Vice-Presidente, o Tesoureiro é o Luis Fernando Sodré, Secretário Aline Kaiser. Temos vários colegas participando da diretoria em vários cargos de comunicação, de política, jurídico, a questão de novos negócios, qualificação. Enfim, são esses os nomes que nós temos dos profissionais.

O objetivo geral da nossa entidade, então, é contribuir para o desenvolvimento da atividade turística. Nós queremos desenvolver o intercâmbio de conhecimentos e também queremos contribuir para o desenvolvimento de novas tecnologias, além de zelar pela boa imagem da classe, através do desempenho profissional, indicando profissionais especializados, estabelecendo e zelando pela ética, reunindo e representando os associados em todo o Estado do Rio Grande do Sul. E quem pode se afiliar a essa entidade? São os bacharéis em Turismo. Eu sou uma oriunda, sou da segunda turma da PUC. Nós já temos há mais de 40 anos esse curso. E esse curso – acho importante frisar aqui – foi demandado pelos empresários. Foram os empresários que sentiram necessidade em ter um atendimento qualificado, uma visão sobre o setor do Rio Grande do Sul, enfim, um planejamento adequado. E, por isso,

surgiu a entidade em 14 de junho de 1978. Então, hoje nós somos os bacharéis em Turismo, também há os tecnólogos em hotelaria, em turismo, somos os gastrônomos ou organizadores de eventos, os profissionais graduados em outras áreas, com especialização na área de turismo. Temos também, na nossa entidade, os estudantes de Turismo e pessoas jurídicas que prestam serviços às causas do turismo brasileiro e para a ABBTUR nacional. Como benefícios aos auxiliados, a gente tem a possibilidade de ter uma rede de profissionais que trocam informações relevantes a toda temática que envolve turismo. Ou seja, o que seria do turismo, o que seria desse nosso setor se não houvesse profissionais que tivessem a qualificação para poder ter esses números apontados para o cenário nacional? Receber informações sobre cursos, vagas no mercado, trabalho e concurso da área e principalmente ter assento nas assembleias gerais e votar. Nós queremos receber as publicações oficiais da ABBTUR nacional e do Ministério do Turismo. Estamos muito próximos do Ministério do Turismo, do Ministério do Trabalho, do Ministério da Cultura, muito próximos do Ministério das Cidades, enfim, são todos os Ministérios que tem a ver com o destino turístico. Nós temos vários descontos em entidades, em empresas conveniadas, em editoras, principalmente existe hoje uma gama enorme de publicações de mestres e doutores na área do turismo. Gostaria de apresentar a vocês a insígnia do turismo, que apresenta esse globo, mostrando que é utilizado pelos homens e pelas mulheres também, uma produção de Guaporé, Interior do Estado. Temos a participação em vários eventos, ou seja, temos uma regra de participar de todos os eventos que acontecem na área do turismo – esse foi na TurisVales. A nossa carteirinha de afiliado, para vocês terem uma ideia, tem uma identificação, que vale como identidade onde estivermos no nosso setor. Temos reuniões no Conselho Nacional de Turismo, onde temos assento. A primeira pessoa que a imagem mostra é o Presidente da entidade, junto ao Ministério. Ações da ABBTUR, temos a proposta de modernização dessa legislação que regula as atividades relacionadas ao turismo no País.

Estamos sempre vendo onde exatamente podemos melhorar na questão de segurança, na questão de sinalização, na questão de limpeza dos destinos, na qualificação desse atendimento, junto, qualificando sempre as empresas prestadoras de serviços turísticos. Estamos junto, como ABBTUR, com a Confederação Nacional de Comércio para sugerir alterações na lei geral do turismo, Lei nº 11.771/08. A ABBTUR nacional também coordena várias câmaras temáticas, uma das principais é a da regionalização. Quando a gente fala em regionalização turística, estamos falando em identificação dos Municípios com vocação para o turismo. É o caso de Porto Alegre que hoje faz parte, isoladamente, de uma das regiões turísticas – capital de Porto Alegre. Temos mais 26 regiões turísticas no Estado. Isso é um trabalho muito difícil de se fazer porque tem que ser inventariado tudo, todos os segmentos, todos os dados do Município para que ele se qualifique para ser um Município de convocação para o turismo, de destino turístico. O Município, hoje, precisa ter um fundo de promoção para o turismo, bem como um conselho municipal de turismo. Agradecemos pela participação nesta Câmara. A ABBTUR nacional participa de eventos do turismo. Só para vocês verem que estamos sempre participando de eventos oficiais. Aqui nós temos outro evento da

participação em Brasília, no Encontro Nacional de Turismo, é um fórum muito grande. O nosso evento reúne em torno de mais de 5 mil pessoas que são ligadas à nossa área. Participamos da oficina do mapa de regionalização em Brasília. Fazemos visitas ao Secretário, nesse caso foi o Secretário Juvir Costella, Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer na época.

Participamos da reunião do Conselho Estadual de Turismo – Conetur, 25 março de 2015, do qual participamos com muita voz. E dentro do congresso das agências de viagens, nós criamos o prêmio Mérito & Talento ABBTUR, e nós estamos em votação, agora em setembro, no dia 29, nós vamos entregar o prêmio aos profissionais que se destacaram para a atividade. Essa é a equipe que participou do novo mapa do Rio Grande do Sul.

Apoio a cursos do setor, são vários cursos a que apoiamos.

Assento de representação no Rio Grande do Sul. Estamos no Conselho Estadual de Turismo, e, dentro do conselho, nós temos a voz para as câmaras temáticas de regionalização, para comercialização em *marketing*, para o turismo rural, para o observatório de turismo, que são os dados estatísticos, a inventariação.

E fazemos parte também do Conselho de Turismo da Fecomércio. Todas as primeiras quartas-feiras do mês, estamos na Fecomércio falando sobre turismo.

No Fórum de Governança da Secretaria Municipal de Turismo de Porto Alegre; no Fórum de Governança de Porto Alegre; nos Conselhos Municipais de Turismo do Estado em seu todo; estamos junto com a Frente Parlamentar do Turismo de Porto Alegre – a Frentur, liderada pelo Nedel, juntamente com o Adeli. E estamos também junto à Comissão de Economia e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, cujo Presidente é o Deputado Adilson Troca, estamos lá com esse assento.

E temos uma importante relação com o Plano Nacional de Turismo. A ABBTUR participa desse plano há muito tempo: desde Embratur, Ministério, enfim, todas essas gestões. São mais de 40 anos que estamos atuando diretamente nesse plano, e sempre é um documento referencial com a nossa participação.

Quem é o profissional turismólogo? Aí vocês falam: turismólogo? Realmente, é bem difícil de falar. Quem é esse turismólogo? Esse nome foi criado pela ABBTUR nacional, que, desde a sua criação, luta pelo reconhecimento - e fomos reconhecidos - e valorização desse profissional do turismo.

Então, foi através da Academia de Letras, da qual a palavra turismólogo hoje faz parte, engloba não só os bacharéis de turismo, mas a todos os profissionais que têm essa formação acadêmica superior e que têm essa especialização na área.

Hoje nós temos um código de ética composto de três artigos. Eu só cito a vocês que acho que é importante essa verdade, essa dignidade, independência da honestidade em sigilo contínuo. E a questão de denúncias, quem trabalha na área de turismo tem que ter principalmente essa questão do sigilo, a questão dessa honestidade, porque se uma má venda acontecer por um agente de viagem, um mau atendimento por um hoteleiro, realmente, nós acabamos com o negócio desse empreendedor.

Então, nós respeitamos a comunidade receptiva, estamos preocupados com o meio ambiente, principalmente com a questão da legislação. Nós difundimos e aprimoramos o conhecimento para o fato do fenômeno turístico.

Hoje, temos uma convenção nacional de turismólogos, em junho, e gostaríamos de propor a este plenário, aos Vereadores, que, no ano que vem, em 2018, completarmos nossos 40 anos, gostaríamos de fazer uma convenção de turismólogos aqui na cidade de Porto Alegre, reunindo todos os profissionais da área de turismo. Então, poderia ser na nossa data, talvez em julho seja uma data boa, nós festejarmos e mostrarmos a vocês, nesta Casa, o quanto é importante as nossas atividades.

Aqui, a cadeia produtiva para vocês terem uma noção do que estamos falando. A cadeia fornece e consome bens e serviços. Quando falamos de produto, de economia, estamos falando de um produto. E esse produto movimenta a questão dos atrativos, da qualificação dos atrativos naturais e culturais. Nós estamos falando de transporte, nós estamos falando de hospedagem, estamos falando de alimentação, de serviço de apoio logístico e da questão principalmente da venda. Nós temos que vender. O Rio Grande do Sul, a cidade de Porto Alegre hoje ela lidera esse cenário, e foram grandes eventos que aconteceram nesta Cidade e que mostraram Porto Alegre ao mundo. Foi com a competência desses profissionais também que estavam atuando junto que nós conseguimos formatar essa imagem para o mundo.

Eu gostaria de apresentar onde trabalhamos, então, mercado de trabalho: são as secretarias municipais de turismo, nas operadoras, nas agências, nos hotéis, nos parques temáticos e atrativos turísticos; nós estamos nos museus, nos espaços culturais, nas locadoras de veículos, nos aeroportos, nas estações rodoviárias, nas universidades, nas academias, como professores, nas consultorias.

Só para encerrar, gostaria mostrar estes números. Segundo a Organização Mundial de Turismo, somos o primeiro País, no mundo, em recursos naturais. Hoje, somos o terceiro País em aviação comercial doméstica, somos a 9ª economia turística do mundo, estamos no 10º *ranking* do Conselho de Turismos de Viagem. Era isso que eu gostaria de apresentar a vocês, coloque-me à disposição. E, Presidente, precisamos criar um projeto para o piso salarial do turismólogo, que nós não temos, e também a isenção de impostos sobre serviços das organizações de eventos, somos em torno de 400 empresas nesse cenário. Muito obrigado, Presidente, obrigada a todos vocês terem nos ouvido e nos dado esta oportunidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Sra. Lenora. Convidado para fazer parte da Mesa.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Boa tarde, Presidente. Faço uma saudação especialíssima à Lenora, figura ícone da luta em defesa do turismo na nossa Cidade. Quanto à questão de tributos, a minha sugestão – já falei com o Ver. Cecchim, que

preside a Comissão Economia e Finanças da Casa: quem sabe a senhora acerta uma reunião com a CEFOR, o Ver. Cecchim, sem dúvida nenhuma, vai chamar o Executivo, no caso o Roberto Snel, que é o Diretor de Turismo, alguém da Secretaria da Fazenda, para fazer esse debate, porque, senão, nós teremos um vício de iniciativa de fazer esse debate, porque, senão, nós teremos um vício de iniciativa. Nós podemos ajudar neste processo de negociação. Então em nome da minha bancada, da nossa Líder Sofia Cavedon, do Marcelo Sgarbossa, do Ver. Oliboni, queremos louvar essa sua grande batalha em defesa do nosso turismo e dizer que faremos todos os esforços para que, como Casa Legislativa, Frentur - que o Nedel, eu e outros tocamos juntos nos últimos tempos aqui - esse evento venha para Porto Alegre. Tenho certeza de que o nosso Presidente já pode ir articulando, quem sabe, alguns espaços e algumas coisas básicas que vocês necessitem. Sucesso e viva o turismólogo. Vamos festejar no dia 27 com toda a força de mudar o turismo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registramos a presença da nossa sempre Ver.^a Jussara Cony, seja muito bem-vinda. O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Cassio, Dona Lenora, falo aqui em meu nome e em nome do Ver. Paulinho Motorista, em primeiro lugar, quero cumprimentar a senhora e falar deste tema apaixonante que é o turismo. Em segundo lugar, quero dizer que faço parte da CEFOR, a nossa Comissão de Finanças e também da Frentur e nós temos nos debruçado nesse tema e acho importantíssima uma reunião, capitaneada pelo Ver. Cecchim e pelo Nedel, nosso Presidente e Vice, para tratar desse tema essencialmente com relação à nossa redução de imposto, que é uma iniciativa exclusiva do Prefeito. Basta olhar os números, eu estava olhando inicialmente a cartilha aqui, e é de conhecimento de todos, não é novidade a importância do turismo no contexto das nações, dos nossos Estados, do Município, e Porto Alegre precisaria e deveria descontar nesse assunto. O turismo é o sonho de todo administrador, de todo gestor público e privado, e nós estamos há muito tempo conversando sobre isso. Porto Alegre, na minha visão e até por questões que não vêm aqui ao caso, investe muito pouco, essencialmente o setor público. É necessário divulgar as questões, as belezas atrativas para que a comunidade conheça. E sei do esforço que se faz, mas na minha visão ainda é pouco. Quero trazer um abraço e cumprimentar todos os profissionais do turismo, dizer da importância de vocês, o que expressa o turismo no contexto das nossas cidades. E nós torcemos para que Porto Alegre cada vez cresça mais em termos de turismo, mesmo que ande em passos muito lentos na nossa maneira de ver as coisas, muito graças, também, ao Poder Público, que investe pouco, e à iniciativa privada, que normalmente espera o investimento do setor público. Isso não pode acontecer.

Com relação à nossa vocação para o turismo e a convenção de que a senhora fala, estamos juntos, às ordens, e dispostos a fazer aquilo que a senhora nos pedir para

fazer. Em termos de Câmara, nós estamos presentes. Concordamos com a senhora na sua exposição – a ouvi atentamente – sobre a importância do turismo e do profissional do turismo no contexto social e econômico. Um abraço, e estamos juntos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, também queremos fazer uma saudação à Lenora, Presidente da ABBTUR; parabéns pela exposição. Em nome da bancada do PDT, queremos cumprimentá-la pelo trabalho. Inicialmente, quero parabenizar os turismólogos, os bacharéis em turismo, pelo trabalho que realizam em favor do turismo e pelo crescimento econômico do nosso País, do nosso Estado e do nosso Município.

O curso de graduação superior, criado há cerca de 40 anos pelo Conselho Federal de Educação, dá origem a profissionais capacitados para atuar em mercados altamente competitivos.

É importante destacar a formação dessa categoria, baseada no conhecimento geral das Ciências Sociais, Políticas e Econômicas, aliado aos conhecimentos específicos na área cultural, histórica, ambiental, antropológica, agenciamento, organização e gerenciamento de eventos, além da administração do fluxo turístico.

O turismo tem um papel importante na economia nacional, tendo impacto direto no PIB brasileiro, sendo superior ao do setor automobilístico. Se considerarmos a geração de empregos diretos, as atividades turísticas geram também um número maior do que o setor automobilístico e serviços financeiros. O turismo gera 8,6% dos empregos diretos e indiretos do Brasil.

Porto Alegre tem um potencial turístico importante. Em 2015, o setor de turismo gerou R\$ 20 milhões em impostos, 3,8 mil empregos diretos, e estes números, com certeza, podem e devem aumentar com o nosso apoio.

Temos uma série de atrativos que precisam ser valorizados pelo próprio porto-alegrense e pelos nossos governantes, como as belezas naturais do Guaíba, a nossa área rural no Sul da Cidade, bons hotéis e restaurantes, museus e atividades culturais.

Somos uma cidade consolidada no turismo de negócios. Conforme dados de pesquisas realizadas pelo Porto Alegre & Região Metropolitana Convention & Visitors Bureau, só o turismo de eventos movimentou, em 2006, mais de R\$ 180 milhões, gerando mais de R\$ 20 milhões em arrecadação de impostos, sendo responsável por cerca de 2,5% dos empregos diretos do Município. Levando em conta o potencial da nossa Cidade em relação ao turismo, apresentei o PLCL nº 020/17, que visa a reduzir o ISSQN relativo às atividades relacionadas à organização e realização de eventos, hospedagem, programa de turismo com viagens e excursões. A redução proposta - a gente traz essa iniciativa para o debate - é de 5% para 2%, e o objetivo é estimular o

setor de hotéis e turismo no uso de centro de convenção, quadras esportivas, estádio, ginásios, auditórios, casas de espetáculos para realização de eventos. Queremos tornar Porto Alegre uma cidade mais atrativa para eventos nacionais e internacionais para gerar empregos e renda, contribuindo para o desenvolvimento da cidade e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Porto Alegre é uma cidade rica em entretenimento, gastronomia, vida noturna, atrações culturais e belezas naturais, por isso temos a certeza de que vale a pena investir no turismo e reduzir o ISSQN para atrair mais eventos. A redução da alíquota vai aumentar a arrecadação do Município, uma vez que irá gerar a crescente fuga de empresas do setor para outros municípios. Para concluir e ter uma ideia no comparativo Gramado, Canela, Bento, Pelotas, as alíquotas variam de 2,25% a 3% e acabam sendo alternativas para a organização de eventos e congressos. Alguns municípios brasileiros já adotaram a redução da alíquota de ISSQN. Florianópolis é um exemplo, em 2014, reduziu de 5% para 2%. Mato Grosso também, Cuiabá, em 2005 reduziu de 5% para 2%. Temos a certeza de que com este projeto vamos impulsionar o setor de turismo e eventos. Parabéns e sucesso, vida longa à ABBTUR. Parabéns pela tua luta! Um abraço da Bancada do PDT!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado. Quero registrar a presença do Deputado Federal do Partido Progressista, Luis Carlos Heinze. Seja muito bem-vindo à Câmara de Porto Alegre. Tenha uma boa estada conosco!

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DR. GOULART: Queria saudar o nosso Presidente, Ver. Cassio Trogildo; e a Dona Lenora e lembrar que nós temos um veio turístico que está meio parado e que a gente precisava impulsionar, que é o carnaval de Porto Alegre. O carnaval em Uruguiana demonstrou que a gente tem esse veio na parte Sul, que pode se parecer um pouco com o Rio de Janeiro, um pouco com São Paulo, guardando as proporções. Como nós não temos muito dinheiro para investir direto, que a gente comece a fazer a propaganda nessa época do ano no Uruguai, na Argentina, no Chile, no Paraguai, para que a gente possa trazer o carnaval para cá do pessoal que fala *usted*, para que aprendam a gostar do nosso carnaval. E não sairá muito caro, Dona Lenora, só fazendo propaganda na televisão e no rádio no Sul do Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado Presidente, prazer em revê-la Lenora. Eu tive a oportunidade de trabalhar com a Lenora quando ela era Diretora do

CRTur. Bons tempos. E vejo que a senhora continua firme nessa luta. Talvez uma das primeiras mulheres a empunhar essa bandeira no Rio Grande do Sul. Que bom que você está falando em turismo com autoridade, pois, às vezes, as pessoas falam sem saber do que estão falando. Eu acho que, como disse o Ver. Adeli Sell, nós vamos ter a oportunidade de conversar lá na Comissão, porque isso é de iniciativa do Executivo e não da Câmara dos Vereadores, para ver um jeito de diminuir esse imposto, esse ISSQN das empresas. Conte com a gente. E registro a minha alegria de te ver com a mesma bandeira de muitos anos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Quero dar as boas-vindas à Lenora em nome do meu Partido, dos Vereadores Cassiá Carpes, Ricardo Gomes, Mônica Leal e em meu nome. Gostaria de dizer que é uma honra tê-la aqui nesta Casa, tu que és a grande especialista em turismo. Eu acho que é a menina que mais entende de turismo em Porto Alegre. Meus parabéns. É presidente da ABBTUR e tem grandes serviços prestados ao turismo. Também és parceira em todos os projetos turísticos que Porto Alegre merece, que são o do Centro de convenções e de feiras, o da revitalização da orla, o da revitalização do Cais do Porto, o da expansão da nossa pista do nosso aeroporto e o do turismo náutico. Nós precisamos realmente incrementar todas essas partes. Veio aqui nos dar uma aula sobre turismo. Isso é muito bom. Apareça mais seguido. Sobre o Projeto, houve a sugestão de a gente se reunir lá na CEFOR, porque é privativo do Prefeito essa parte. Então, temos que negociar, temos que trabalhar muito ainda a esse respeito. Seja muito bem-vinda, e obrigado pela tua presença.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença da Sra. Lorena Horn Schneider, Presidente da ABBTUR/RS. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h52min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h55min): Estão reabertos os trabalhos.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Presidente, obrigado. Nós queremos declarar aqui que a Professora Cristiane, junto com os alunos da robótica, estiveram, na semana passada, na nossa Comissão, a CECE – estão aqui comigo o Ver. Alvoní Medina e a Ver.^a Sofia Cavedon, também são membros o Ver. Reginaldo Pujol e

o Ver. Ricardo Gomes. Nós queremos dar os parabéns a eles, assim como ao Prefeito, que viu e teve a sensibilidade de ajudar os nossos alunos da robótica, pois o que eles estão fazendo por esta Porto Alegre e por este País é lindo. Eles têm uma viagem agora, ainda está faltando, nós estamos ajudando na rifa, e com mais esse dinheiro da Prefeitura creio que a gente vai conseguir ajudá-los a ir para o campeonato brasileiro. Estamos aqui torcendo e esperando que todos ajudem um pouquinho, porque, com todo mundo colaborando, isso será possível. O nosso País é solidário, queremos ver medalhas, estamos aqui pedindo a todos. Maravilha! Parabéns, Professora Cristiane!

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Parabéns ao pessoal da robótica da Escola Municipal Heitor Villa Lobos.

O Ver. Felipe Camozzato solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 11 a 13 de setembro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente Fabrício Lunardi, em função da impossibilidade de o Suplente Lino Zinn assumir a Vereança, e integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Solicito ao Suplente Fabrício Lunardi que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Fabrício Lunardi prestará a seguir.

O SR. FABRÍCIO LUNARDI: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. José de Jesus Souza, mais conhecido como Zé Lennon, talvez o maior incentivador dos Beatles do País, que nos deixou na data de ontem; e também pelo falecimento da Sra. Ana Maria Carraro Corrêa, ex-proprietária do Hotel Casacurta, uma das maiores incentivadoras do turismo na Serra Gaúcha.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

O SR. FABRÍCIO LUNARDI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoal da Casa, Taquígrafos, público que nos assiste, boa tarde a todos. A minha campanha foi feita por pessoas que, inclusive, estão aqui; a minha família, a minha mãe, as minhas tias, minha namorada, os meus amigos próximos, pessoas a quem eu agradeço imensamente. Por falar com os conterrâneos nas ruas, nas sinaleiras, dia e noite, que estou aqui. Portanto, fiquem tranquilos os que votaram em mim pelo que de fato sou e pelas ideias que reverberei. Com uma campanha sem recursos financeiros, sem grandes financiadores, mas feita com o sentimento profundo de sinceridade de quem não aguenta mais um Estado que assalta através dos impostos e esgoela as liberdades individuais e as possibilidades de crescimento do próprio povo. Tenho certeza de que falo pela voz de 30 mil pessoas que votaram no Novo, fora aquelas que ainda não conhecem o projeto, mas que hoje estão conosco, quando digo que a mola propulsora da prosperidade é a liberdade. A liberdade de agir dos indivíduos é hoje sufocada por um Estado gigante e ineficiente que poda a potência criativa individual e acha que deve estar em todo lugar, dizendo o que podemos ou não fazer; o que podemos ou não trocar e o que podemos ou não utilizar. No entanto, é nítido que aqueles que têm todas as prioridades, na verdade, não têm nenhuma. E é isso o que acontece hoje. O Estado pensa que pode fazer tudo: cuidar de gráfica, empresa de ônibus; e o resultado, mais importante, a saúde, a educação e a segurança do cidadão começa a não receber a atenção devida. Afinal, é com muito suor que o cidadão enfrenta ônibus lotado todos os dias, e caro; enfrenta diversos obstáculos gerados pelo próprio Estado para honrar os absurdos impostos e, mesmo assim, com toda a burocracia e a ineficiência de grande parte dos serviços, há quem, heroicamente, continue a gerar empregos e renda no País: os empreendedores. Por isso, penso que existem sim heróis, só precisamos olhar com atenção – parafraseando um ex-presidente americano. Dito isto, coloco o meu coração nessa tribuna para dizer que eu farei o máximo que eu puder para melhorar a vida das pessoas, porque é disso que trata o partido NOVO, melhorar a vida das pessoas. Nunca podemos esquecer, Ver. Cecchim, que a livre iniciativa é que sustenta esta Casa, que gera recursos para pagar os salários de cada servidor da Prefeitura, inclusive meu e do Ver. Camozzato, o que a gente precisa é retirar esses obstáculos impostos pelo Estado para que o cidadão mesmo possa melhorar a sua própria vida. Então, é pensando nos trabalhadores, sobretudo naqueles que não têm o guarda-chuva estatal para protegê-los e nos que geram emprego dando uma oportunidade de melhoria de vida para outros indivíduos é que votarei sempre por menos burocracia, menos impostos, menos Estado e mais liberdade, porque esse é o caminho da prosperidade. Esse é o caminho para melhoramos a vida dos mais pobres, gerando possibilidade real de ascensão econômica e aumento na qualidade de vida. Por fim, acredito que temos de buscar sermos uma Nação que tem um Governo e não o oposto. Novamente fazendo referência aqui, não é à toa que nossos problemas andam em paralelo ao nível da intervenção estatal na economia e em nossas vidas. Basta uma rápida olhada nos índices de liberdade econômica, afinal é através da experiência de diversos países ao longo da história, através do que é benigno, útil e sobrevive aos testes do tempo é que tenho a convicção de que a concepção de que o indivíduo é o verdadeiro agente de mudanças. Liberdade

com responsabilidade, o livre mercado, a igualdade perante a lei e a visão política de longo prazo serão os pilares que sustentarão esse novo Brasil, esse novo Estado e essa nova Porto Alegre que, se depender de mim e do Partido Novo, vem por aí. Quero convidar os colegas a estarem junto comigo nessa mudança de rumo. Obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Presidente; a todas as colegas, os colegas, pessoas que nos acompanham neste momento. Eu queria, em primeiro lugar, não poderia ser diferente, saudar muito especialmente duas pessoas na tarde de hoje, o suplente Fabrício, que já divide sua presença aqui conosco, servidor da Casa, do NOVO. Seja bem-vindo. Também saudar a nossa Suplente, que não tive a oportunidade de saudar a presença da Fernanda Jardim, que muito nos alegra nos últimos dias ter a sua presença no plenário, onde é certamente o seu lugar. Pedi a palavra para fazer um breve relatório, a pedido no nosso grande Secretário da Saúde, Erno, e até porque a gente muito ouve, nesta Casa, alguns Parlamentares questionarem a Administração Nelson Marchezan, na área da saúde. Também me surpreende muito alguns Parlamentares fazerem, às vezes, uma interpretação equivocada e deixando de citar o que já foi feito nesses nove meses desta Administração. Estou pedindo, neste momento, para distribuir o relatório e rapidamente vou tentar falar o que a gente conseguiu receber da mão da equipe do Secretário Erno, do Pablo e de todos os servidores da saúde. A gente teve nesses meses transparência, que deve agilizar fila de espera com 90 mil consultas; todos os meses, os dados sobre a fila de espera por consultas médicas são listas publicadas. Em fevereiro, tivemos novas contratações de profissionais para atendimento da população. Tivemos o lançamento do DemartoNet, serviço de telediagnóstico para consultas dermatológicas, que foi lançado no auditório do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, na Capital; o levantamento aponta redução de 70% nos encaminhamentos nos primeiros 6 meses. A gente teve a contratação de 50 profissionais, já foi discutido nesta Casa. Novas câmaras frias de vacinas que qualificam as unidades e rede de saúde, 71 novas câmaras frias; 40 salas que estavam fechadas foram reabertas. Divulgação da lista de espera por exames médicos. Isso resultou na redução significativa da fila de espera por densitometria após divulgarmos a Calculadora de Risco de Fratura orientando os profissionais; início da implantação do sistema de controle e entrega de medicamentos. A gente teve o anúncio do início da implantação do serviço de verificação de óbitos no Município. A Prefeitura anunciou o primeiro posto de saúde, dois postos de saúde com atendimento até as 22h, que foi o São Carlos e depois o Modelo. Ampliação do tratamento contra sífilis. A unidade móvel realiza consultas odontológicas, no mês de maio, gratuitas – começou a funcionar a unidade móvel para isso. Realização de consultas odontológicas gratuitas. Apresentação do Relatório de Gestão do Primeiro Quadrimestre na Câmara de

Vereadores. Operação Inverno. Registro *on-line* de vacinas. Lançamento do voluntariado da saúde, através do EuFaçoPoa. Inauguração de 33 novos leitos no Hospital Vila Nova. Parceria das duas secretarias do Município e do Estado na busca da reabertura do Hospital Parque Belém, que vários Vereadores, pela COSMAM, presidida pelo Ver. André Carús, tem feito um trabalho nesse sentido. O HPS iniciou a readequação e a modernização de estrutura; o Hospital Presidente Vargas amplia leitos de emergência e internação pediátrica; adesão ao registro de preços do Ministério da Saúde fazendo uma diminuição de 55% do custo unitário para compra de testes de gravidez para distribuição, e o Ver. Dr. Thiago tem também falado muito na questão da gravidez, no projeto que ele tem. O Hospital da Restinga será o primeiro a ter TeleOftalmo no Estado. Visitas a unidades de saúde uma vez por semana em parceria com a COSMAM. Implantação do Raio X Digital no Pronto Atendimento da Bom Jesus. Autorização para contratação de 225 profissionais da saúde para atendimento em saúde. A Secretaria da Saúde lança página de monitoramento das emergências da Capital. Prontuário eletrônico implantado no pronto atendimento da Bom Jesus. Edital que prevê compra de 11 novas ambulâncias para o SAMU, a maior compra com recursos próprios da história da Prefeitura de Porto Alegre. O Hospital Presidente Vargas ganha nova sala de ecografia. Unidades de saúde com horário estendido atingem 10 mil consultas. A Prefeitura anuncia novo hospital com 208 leitos, quando estivermos presentes junto com vários Vereadores, no Hospital Santa Ana, que será um novo espaço da saúde em Porto Alegre. Saúde e Banco de Olhos retomam serviço de reabilitação visual e por aí fora. Este é o Relatório.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Aprego o ofício do Ver. Rodrigo Maroni que comunica a sua desfiliação do Partido da República – PR, bem como a sua filiação ao PODEMOS.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. André Carús está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, telespectadores da TVCâmara. Primeiro, quero fazer referência à Comissão Especial para tratar do mobiliário urbano que será lançada na próxima quarta-feira, dia 13, às 13h30min, na sala 303 da Câmara Municipal. Esse é um tema que aprovamos em plenário, a partir de um requerimento de minha autoria, que envolve questões urbanísticas ambientais e uma necessidade que precisamos reconhecer, que é uma limitação do orçamento público para se investir na qualificação e melhorias do mobiliário urbano na Cidade. Nós temos hoje diversas ruas em Porto Alegre sem qualquer placa de identificação; hoje, todos os relógios de rua, que

deveriam informar o horário e a temperatura ambiente, não estão funcionando. Nós temos também, em diversos espaços públicos - praças ou parques -, bancos, lixeiras e outros tantos equipamentos que estão desgastados pela ação do tempo ou depredados por vandalismo. Além disso, temos uma legislação de 1999, que sofreu algumas alterações posteriores; bem como estão tramitando nesta Casa um conjunto importante de projetos de iniciativa dos colegas Vereadores. Nós vamos dedicar o trabalho da Comissão Especial sobre o mobiliário urbano para revisar a legislação que hoje vigora, e, por que não aprofundar o debate, e quem sabe sairmos da comissão com uma ideia única desta Casa sobre o tema do mobiliário urbano.

O Sr. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Carús, quero cumprimentar V. Exa. por essa iniciativa. Quero dizer que, em nome do PDT, estarei integrando a Comissão. Acho muito oportuno que esse tema venha ao debate. Quero recordar aqui também que em algumas oportunidades, quando ainda no Governo, tivemos que desmanchar cabines telefônicas que estavam servindo apenas para poluição visual, sem telefone dentro, tamanha a distorção que vinha acontecendo com relação à padronizações de propagandas em bancas de jornal, orelhões, enfim. Então, acho que é muito oportuno. Espero que possa ser um trabalho profícuo, propositivo, que realmente a gente possa enfrentar a questão da poluição visual na nossa Cidade. Quero cumprimentar V. Exa. por essa iniciativa. Quero dizer que, na quarta-feira, estaremos fazendo, com V. Exa., esse debate e essa pauta, a qual reafirmo ser muito oportuna, que possamos fazer não somente a revisão, mas, de uma maneira propositiva, sugerindo alterações à legislação.

O Sr. Adeli Sell: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. André Carús, comunico que a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez a nossa indicação para participar do tema do mobiliário urbano. Louvo a sua atitude, quero ser, ao seu lado, um militante atento e estudioso como tenho sido nos últimos anos sobre esse tema. E que nós tenhamos um mobiliário urbano da mais alta qualidade pela intervenção direta da Câmara Municipal, buscando os aportes na sociedade civil. Obrigado.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Então, concluindo essa parte acerca do mobiliário, esse é o espírito que vai orientar os trabalhos da nossa Comissão, com a diversidade das bancadas que a compõe, e também buscando atender o propósito maior que é o interesse público. Vamos buscar as parcerias fundamentais com o setor privado, para que o cidadão possa, num futuro não muito distante, usufruir um mobiliário urbano que, acima de tudo, qualifique a paisagem urbana, qualifique o meio ambiente, combata a poluição visual e seja de acordo com aquilo que a nossa Cidade merece. Ao longo tempo, soluções não são encontradas.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Carús, quero me somar às demais manifestações e cumprimentá-lo. Eu

tenho dito que o mobiliário urbano é uma espécie de adereço que agrega funcionalidade, *design* e beleza à Cidade, se nós soubermos fazer. Por que a paradas de táxi, por exemplo, não tem uma cabinezinha que tenha ali um banheiro e um micro-ondas para os taxistas? Por que as paradas de ônibus da mesma forma? Bancas de flores, não tem mais em Porto Alegre; bancas de frutas, não tem mais em Porto Alegre. Quer dizer, são serviços de conveniências que são importantes de se ter. Então, tudo isso é fundamental. Placa de rua de esquina, por que não pode ter aquela pequena propaganda que viabiliza essa placa? Se é do pequeno comércio que está ali, não é de um grande anunciante, é alguém que tem uma *pet shop*, que tem uma creche no meio da quadra e que pode colocar. É fundamental. Há quase oito anos, Ver. Carús, que o Executivo de Porto Alegre não consegue botar na rua a licitação do mobiliário urbano com as suas diversas famílias. Então, é urgente fazer isso e eu o cumprimento porque temos que botar – vou usar um jargão popular aqui – o guizo no gato. Temos que empurrar o Executivo para que ele cumpra a sua obrigação, que é funcional com a Cidade e que é estética também. Parabéns.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Obrigado, Ver. Valter, e tenho certeza absoluta que Câmara Municipal vai contribuir muito nesse processo, até porque o Executivo tem apresentado, tem anunciado algumas medidas relativas a mobiliário urbano, mas nós aqui rogamos que o nosso trabalho será propositivo e, com certeza, auxiliará o Poder Executivo na busca de soluções sobre esse tema.

Quero aqui entrar em um outro assunto relativo ao projeto que já tramita nesta Casa, e, se for levado a efeito, o prazo para que possa vigorar no ano que vem deve, até o final do mês, ser discutido e votado, que é o projeto que revisa a planta de valores do IPTU. Na última terça-feira, promovemos uma reunião conjunta da COSMAM com a CEFOR, com representações de entidades da zona rural de Porto Alegre. Fomos demandados por essa reunião, pela Associação Porto Alegre Rural e também pela Rede Agroecológica Metropolitana – Rama. E lá ouvimos dos técnicos da Secretaria da Fazenda que compareceram e explicaram o projeto – assim como também participei de uma reunião da nossa bancada do PMDB com a Fazenda com a mesma finalidade – os objetivos desse projeto do IPTU. Felizmente, no que diz respeito à zona rural, apresentadas as comprovações de que há produção primária nas propriedades, não haverá incidência do IPTU. Mas ficou bem claro também, conforme os técnicos da Fazenda lá presentes, que é preciso analisar caso a caso, porque existem algumas propriedades em que pode haver a cobrança do IPTU conforme dispõe o novo projeto.

Acho que o nosso Prefeito Municipal poderia reconsiderar, frente ao cenário adverso que enfrenta o País, frente ao cenário enorme de desemprego, que passa dos 14 milhões em nível nacional, e a Região Metropolitana de Porto Alegre é uma que possui os índices mais altos frente às outras. Nós temos um desemprego galopante no Brasil, frente ao entrave que o IPTU reajustado pode causar no empreendedorismo local, o Prefeito poderia reavaliar a decisão de levar adiante esse projeto do IPTU. Aliás, o Prefeito poderia reavaliar também nesse contexto os outros dois pacotes que interferem diretamente no dia a dia da Cidade, os projetos que estão relacionados à alteração do

plano de carreira e Estatuto do Servidor Público e aqueles que têm relação com o transporte público. Num cenário de crise aguda da nossa economia, que também é decorrente da crise política, ética por que passa o nosso País, não podemos nós nos comportar como uma ilha. E o Governo também não pode se comportar como um Poder dissociado daquilo que se debate ou do que deve se debater no Poder Legislativo. O Governo tem adotado a seguinte prática: protocola um projeto; se não for aprovado, se der errado, responde ou responsabiliza, pela rede social, os Vereadores que votaram contrários às suas convicções, geralmente causando um desconforto na relação republicana que deve existir entre o Executivo e este Poder Legislativo.

Tenho dito em outras manifestações, não só nesta, já o fiz em outras oportunidades, que sempre confio que as iniciativas do Governo vêm na direção de acertar; o Governo quer acertar, mas ele vai acertar a partir do momento em que admitir que é preciso dialogar. Eu me surpreendo que o Poder Executivo tenha ingressado com uma ação judicial e obtido limiar favorável do Poder Judiciário para que não ocorram protestos nas festividades da Prefeitura que acontecem nos bairros quinzenalmente. Bom, se os municipais, a partir do Simpa, exageraram na dose, como exageraram ao invadir este plenário ou nesses movimentos que acontecem nas comunidades, é uma coisa, mas e o cidadão que vai lá reivindicar boa parte daquilo que ele sofre no dia a dia, como melhores serviços na educação, na saúde, na infraestrutura? Então, a partir dessa liminar, está condenado a ficar calado? O governo optou então por não ouvir mais ninguém, só ele falar e empurrar a Câmara num brete, para votar só naquilo que ele acha que é bom para a Cidade? Nós vivemos num regime plural e democrático, e veio em boa hora tanto a iniciativa da Mesa Diretora, que propôs e aprovou uma Comissão Especial específica para debater os projetos do transporte, assim como o Dr. Thiago foi proponente – algo que foi aprovado – de uma Comissão Especial para analisar os projetos que se relacionam com o Estatuto do Servidor Público e Plano de Carreira, assim como a Frente Parlamentar do Meio Passe. Porque, se o Governo não quer fazer o diálogo e quer simplesmente trazer os projetos, transformando a discussão em plenário numa verdadeira arena de nós contra eles, nós vamos, então, utilizar os outros espaços que os Vereadores independentes, os da oposição e os que querem o melhor para a Cidade reuniram as condições. E tenho certeza de que nas duas comissões especiais, assim como na Frente Parlamentar sobre o meio passe nós vamos priorizar a audição da sociedade. Porque é a sociedade que vai ser penalizada ou prejudicada com o aumento da carga tributária, com o fim de isenções e gratuidades importantes na área do transporte e com o fim de alguns direitos que podem ser retirados no que diz respeito ao servidor público. Precisamos estabelecer uma outra conexão com o Ver. Moisés, Líder do Governo. O Ver. Janta foi o Líder até bem pouco tempo, e temos no Vice-Prefeito Gustavo Paim, hoje, o responsável por essa interlocução. A interlocução cordial tem acontecido e está uma maravilha, mas nós precisamos fazer com que exista uma ressonância de responsabilidade para que o Governo não queira apenas cercar as pessoas de falar ou se manifestar e possa então ter uma atitude de reconhecer realmente. Não há conveniência para um projeto como esse, no que diz respeito ao IPTU. Realmente, nós queremos exaurir o diálogo nas duas comissões especiais, tanto a dos

servidores como a do transporte. Porque só assim nós vamos fazer com que o Governo realmente acredite que esta Casa quer colaborar. Se alguém atua na linha do “quanto pior, melhor”, da crítica pela crítica, bom, cada um faz a opção pelo exercício do seu mandato. Agora, deixo uma coisa bem clara: para que a Cidade avance acima das disputas ideológicas, partidárias, para que supere as suas dificuldades e melhore os resultados da sua receita sem aumentar imposto, o Governo tem que ouvir mais e não procurar na Justiça formas ou subterfúgios de calar a população ou, nas redes sociais, de constranger os Vereadores em diversas situações. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, neste Grande Expediente, após as palavras do colega Carús, quero também aproveitar os 15 minutos para fazer uma análise nacional, estadual e municipal. Vamos ver se vai dar tempo. Acho que dá.

Quero dizer que, em nível nacional, onde existem os maiores problemas de corrupção, o que estamos vendo no País – e isto está surpreendendo muita gente, independente de partido, porque quase todos os partidos estão sendo atingidos – é uma quebra de parâmetros que até então não tínhamos visto. Para vocês terem uma ideia, a Procuradoria-Geral da República, gostem ou não do Janot... Muitos podem, depois, quem sabe, sentir falta do Janot, a partir do dia 18, porque quem não gosta é do partido que foi atingido; quem não gosta é do outro porque o advogado é contra o Janot; então, com este tipo de política não vamos chegar a lugar nenhum, mas nós temos que fortalecer as instituições.

O Supremo Tribunal Federal, até então, os seus membros, a maioria quase absoluta, nomeada pelos Presidentes desde o Sarney, tinha um parâmetro de negociação com o Executivo e com o Legislativo, ou seja, Câmara Federal e Senado Federal. Imagina, há poucos anos, se iria acontecer uma punição no Supremo para um Senador, para um Deputado Federal ou o fórum privilegiado que têm esses parlamentares. A partir do momento que a primeira e a segunda instâncias começaram a usar as suas prerrogativas, e, automaticamente, a segunda instância começou a prender, Ver. Carús, começou a mudar a sistemática de comportamento das instituições no Brasil. Hoje, a primeira e a segunda instâncias estão atuando, Ver. João Bosco, muito bem nos Estados.

Esta semana, eu estava caminhando na rua e uma pessoa me perguntou por que o Geddel não foi para Curitiba. Todo o mundo pensa que todo processo é da Lava Jato. A Lava Jato é tão forte, Ver. João Bosco, que... Não, Curitiba é da Lava Jato. Lá todos eles estão presos, embora tenha alguma ramificação. Então nós temos que entender que havia, não sei se é forte o que eu vou dizer, havia um conluio, havia conchavos do Supremo com a Câmara, com o Senado, com o Governo, ou seja, aquilo tudo era uma coisa, eram intocáveis, em uma linguagem bem popular – eram

intocáveis! No momento em que aquele julgamento, deu devido à boa atuação da 1ª e da 2ª instância, e a 2ª instância começou a prender – vocês vão ver que hoje já tem um processo no Supremo, novamente, para tirar essa prerrogativa da 2ª instância, pela força que se criou. Eu vejo muitos advogados, nada contra os advogados, lá em casa tem dois, ou duas, e o outro já não é mais advogado, é promotor, então não tenho dúvida em reconhecer o trabalho do advogado, mas, em algum momento, cortadas essas arestas, antes o advogado parecia que era adversário da 1ª, 2ª instância, dos promotores, dos juízes, e hoje chegaram à conclusão de que a única forma de endireitar este País é, sem dúvida, ter as nossas instituições fortes para continuarem atentas. Mas depois daquela espontânea do Palocci, liquidou com tudo, tirou todas as prerrogativas e todas as alternativas, porque era um homem do miolo do PT. Foi Prefeito de Ribeirão Preto, foi Deputado Federal, Ministro da Fazenda, se esse homem não sabe, quem vai saber? Isso não quer dizer que nos outros Partidos... No meu Partido, por exemplo, eu gostaria que Ciro Nogueira largasse a presidência do partido nacional. Ele está em todas também. Em todas as denúncias aparece Ciro Nogueira. Eu acho que deveria se fazer – e, olhem, um homem jovem – impressionante, Ver. Roberto Robaina, como é que pegam essa facilidade do corporativismo. Vejam o Geddel, desde 1983 ele já vinha fazendo falcatura na Bahia. Impressionante, Ver. João Bosco! E ninguém pegava, ninguém prendia, ninguém tirava do cenário político. Ele e o irmão conseguem se eleger pelo mesmo estado! Então, em nível nacional, realmente, a política é uma vergonha. E eu vejo dificuldades de renovação, porque eu vejo as pessoas falarem: “Eu vou anular o meu voto”. Mas, ao anular o voto, favorece aquele que já é Deputado Federal, porque os fanáticos, sejam de direita ou de esquerda, vão votar religiosamente nos seus candidatos, independente se estão envolvidos ou não. E aquele que poderia votar numa renovação, este vai votar nulo.

Portanto, vocês não se surpreendam se não tiver um nível ainda muito alto de aproveitamento dos que estão lá, e até envolvidos. E isso não quer dizer que todos estão envolvidos. Mas aqueles que estão envolvidos é que vão cuidar da Nação, esses não podem se eleger. Quem é sério tem todo o direito à legitimidade de lutar por outros mandatos.

Voltando para o Estado – e nós não somos uma ilha, por isso falei em nível federal, lá estão os maiores problemas –, em nível estadual, nós temos um problema gravíssimo, que é a questão de segurança. Eu me lembro, quando fui Deputado, nós votamos um aumento, Ver. Tarciso, de 14,75% em seis semestres. Quase todos os Deputados votaram, independente de partido, o que totalizaria zero não sei o quê de aumento para a Brigada Militar, Ver. Oliboni, V. Exa. passou por lá também. Ou seja, como é que nós estamos? A Brigada desvalorizada, contingente baixíssimo, sem autoestima, morando com bandido, muitas vezes, na vila, não que a vila seja desonra não, tem muita gente honesta nas vilas, que nós conhecemos, branco, negro, amarelo. Enfim, tem muita gente honesta que gosta de trabalhar, que quer trabalhar, mas o banditismo não deixa, as drogas chegaram, estão arrasando a nossa sociedade, arrasando as nossas famílias, as nossas crianças, a nossa juventude. Eu já disse aqui, em outra oportunidade, que nunca votei em aumento de impostos, seja na Assembleia, seja aqui

nesta Casa, e não vou votar, porque a prova é essa, o Governo diz agora - seja estadual, não é só no Rio Grande do Sul, é no Rio de Janeiro, em todos os municípios – que é por falta de recursos. Alguns, por má gestão, outros, por roubalheira, como o caso do Rio de Janeiro, que atingiu o Comitê Olímpico Brasileiro. A gangue era grande, comprou as Olimpíadas, a Copa do Mundo, até para o Japão comprou as Olimpíadas. Então, não é só o Brasil, temos de fazer justiça, mas aqui há um *know how* extraordinário. Na realidade, se nós não valorizarmos a segurança do nosso Estado... Nessa semana, ali no meu bairro, no Teresópolis, houve uma reunião com o Major da Brigada. Esteve lá eu, a Comandante Nádia, além de deputados, vereadores, e a gente via a vontade enorme, o sacrifício, a solidariedade da Brigada, mas ela por si só, sem autoestima, sem valor, sem reconhecimento, sem um salário justo... Imagina fazer segurança nesse Estado, ganhando, na semana passada ou nesta, R\$ 350,00. Isso é lamentável, é vergonhoso para o nosso Estado. Aumentaram os impostos, e o Estado ficou pior. Então isso prova que não é aumentando impostos que se vai resolver a situação do nosso Estado ou de qualquer Estado. É fazendo uma gestão séria, arrecadando mais e não penalizando o cidadão, porque isso já se esgotou. Então, o nosso caos é a segurança, o nosso Estado não tem mais cadeia. Nós não temos condições de prender, devido ao contingente e a essa estrutura que eu citei anteriormente para levar para os presídios. Volta para a rua e continua assassinando, matando, etc. Quero aqui, nos meus 4 minutos finais, falar do meu Município. Já falei aqui que o IPTU, da forma como veio aqui para esta casa, sem diálogo, com aumento progressivo, que, já em 2001, eu votei contra esse aumento progressivo estabelecido, naquela oportunidade, pela administração do PT. O Imposto Progressivo, eu tenho acompanhado pelo País, muitos até colocaram esse modelo, mas, devido à crise nacional, muitas pessoas não estão conseguindo pagar e estão parcelando o IPTU progressivo. Aqui, como temos vários vereadores com experiência em secretariado, o Governo poderia fazer diferente, porque hoje ele quer penalizar os mesmos de sempre, mas ele não faz o reconhecimento, na cidade, quais os imóveis que têm habite-se. Muita gente mexeu, poderia chamar essas pessoas, não precisa estar taxando, punindo, para que venham regularizar na Prefeitura, a sua residência que não tem habite-se. No momento que mexe, Ver. Dr. Goulart, não tem mais habite-se, Ver. Adeli. E são milhares de pessoas, a Cidade cresceu. Tem gente que até tem imóveis que não foram registrados na Prefeitura. Eu não tenho dúvida, milhares de imóveis que não foram registrados na Prefeitura, mas que querem registrar, mas a burocracia, a falta de informação, fez com que essas pessoas ficassem ao léu. E mais a crise, a falta de transparência. Então, da forma que veio para cá, progressivo, é dar uma carta branca ao Prefeito – pode ser este, pode ser outro –, e a gente não segura mais o aumento progressivo. Quero falar sobre a SMOV. Eu, o Ver. Cassio, o Ver. Mauro Zacher fomos Secretário da SMOV, e a gente tinha uma máquina na mão, ou seja, uma potencialidade. Hoje, ela está em pedaço. O nosso Ver. Rosário, por exemplo, está na DCVU – Divisão de Conservação de Vias Urbanas, é o forte, é o tapa buraco, parece que não é mais da SMOV, como ele colocou aqui. Então, ficou um pedaço para um lado, outro pedaço para o outro. Então, a SMOV não tem mais aquela potencialidade que tinha, perdeu a sua capacidade.

Sobre a SMAM. Vou dizer a vocês que eu pedi uma pintura para marcar uma quadra para vôlei; está lá a quadra, não tem risco. Eu pedi a tinta que eu mandaria pintar. Faz mais de três meses que eu não consigo pintar uma quadra para a gurizada da escola do lado, Simões Lopes, praticar esportes. E a tela toda esgassada, quase caindo.

Quanto ao DEP, e não é crítica, é observação, para dizer que a máquina não está funcionando, está sucateada, e o Ramiro, ontem – tem um vazamento de esgoto correndo a céu aberto há quase um mês –, manda me dizer ao telefone que não têm condições e que há oito mil demandas na Cidade. E agora? Como é que tu resolves para oito mil demandas?

Cadê a SMIC? Virou um departamento onde ninguém faz, não tem comando, a pessoa não quer comandar, amanhã vem aqui, nós vamos discutir as questões...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CASSIÁ CARPES: ...Concluo, Presidente, a SMDE precisa atuar mais, não pode esperar do comando lá de cima, ela tem que tomar decisões como uma repartição. Amanhã nós vamos discutir isso.

Em relação à EPTC, eu vou pagar, mas pasmem: eu fui multado por andar sem cinto, mas eu nunca, jamais andei sem cinto. Vou pagar, mas jamais andei sem cinto. Disseram que não podiam me parar porque o trânsito estava muito forte. Olha, eu não sei andar sem cinto! As outras eu pago, eu não tive multa este ano, mas quem já não teve multa? Mas quando são multas porque tivemos um descuido, pagamos; mas sobre essa, quero confessar para vocês: eu nunca andei sem cinto. Imagina se esse procedimento for geral na Cidade, o caos!

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Fiz um Pedido de Informações há quase de 90 dias à EPTC, o prazo de resposta é de 45 dias, com 25 perguntas a respeito da indústria da multa, e até hoje não recebi as informações. Grande parte delas é com relação às multas leves e às multas médias, que podem ser convertidas em advertência. Só quero lembrar que o Executivo tem obrigação, pela Lei Orgânica de Porto Alegre, de nos dar as informações no prazo de 45 dias, sob pena de crime de responsabilidade.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Vereador. Concluo dizendo que nós queremos colaborar, mas as coisas estão tão obscuras que temos dificuldade, Presidente, mas esta Casa terá que se posicionar sobre o IPTU, sobre a questão dos funcionários. Terei outras oportunidades para falar, lamentavelmente a gente quer ajudar a Prefeitura, mas está difícil, porque ela, muitas vezes, não tem a prerrogativa de resolver as questões da Cidade...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, colegas Vereadoras e Vereadores, cidadãs e cidadãos de Porto Alegre, ora, que mundo estamos vivendo nos dias atuais? Sou surpreendido ontem por uma enxurrada de questões na internet sobre uma exposição de arte no Santander Cultural. Lembrei-me daquela música do Chico Buarque, durante a ditadura militar, que dizia: “Você não gosta de mim, mas a sua filha gosta”. Chico Buarque driblou a censura, na época, e ainda fez cascata com o ditador de plantão General Geisel. As pessoas podem não gostar de uma determinada arte, e há coisas que talvez nem arte sejam, mas imaginem se, com tudo aquilo que nos choca, nós saíssemos com bombas, como fizeram num país, acabando com uma arte milenar. Eu disse, inclusive para alguns provocadores da Internet: quem sabe vocês montam uma comissão de alto coturno e vão para Lima, no Peru, onde tem o museu de arte pré-colombiana? Gente, não são coisas lascivas, são coisas altamente pornográficas. Era de uma cultura pré-colombiana, é um museu de antropologia. Vão lá, quebrem tudo, ponham para o chão! A você, que navega por esses mares revoltos em noites escuras ou com archotes pelas ruas, lembro que o nazismo começou, 80 anos atrás, acabando com exposições de arte. Não estou fazendo julgamento de valor sobre absolutamente nada o que tem no Santander Cultural, como não faria se fosse no MARGS ou se fosse dentro da Câmara Municipal de Vereadores. Quem faz esse tipo de ilação tem que entrar na Capela Sistina com baldes de tinta – aquela coisa escandalosa do Michelangelo, aqueles homens nus, aquela afronta. Vão lá no Vaticano e já aproveitem e ponham fogo nas bíblias também, porque a bíblia tem um monte de barbaridades. Ou eu não sei ler?

Eu digo sempre o seguinte: eu li Bukowski, nem por isso me tornei um bêbado. Gregório de Matos Guerra, proibam agora de ser ensinado no Ensino Médio. Eu aprendi isso no Ensino Médio! Falam sobre moral, e eu vejo que pessoas que pertencem a esse grupelho eram do outro bandinho, faziam *funks* que não dá nem para citar o que falavam e agora vêm pregar moral. Pregam moral? Tem gente falando em proibir já determinados autores. Eu acabei de ver, na Internet, uma visita de um grupo de freiras, na frente do David, nu, tirando *selfie*! Uma das maiores obras de arte! Não pode ler o Édipo! Afinal de contas, o filho desposou a mãe e teve quatro filhos! Não pode ler. Quer horror! Imaginem, ponham fogo no Grande Sertão: Veredas! Uma das obras-primas da literatura brasileira! O encontro de Riobaldo com Diadorim – ah, mas isso é um escândalo! Na verdade, eles tinham uma relação homossexual não resolvida! Que leitura esse povo faz de um artista como Guimarães Rosa?! E Érico Veríssimo, as barbaridades do Capitão Rodrigo! E eu termino aqui, não quero passar do meu tempo. Disse o que penso. Viva a liberdade! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FABRÍCIO LUNARDI: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, há algo que me incomoda bastante e me incomodava antes de ter a oportunidade de subir nesta tribuna, antes de ter me candidatado, que é a questão da mobilidade urbana de Porto Alegre. O transporte em Porto Alegre é caro, os ônibus são lotados, as paradas são longe das nossas casas, muitas vezes não se cumpre horário, e o Estado regula tudo, define o valor da tarifa, quais as empresas que vão prestar esse serviço. E quem é mais prejudicado com isso tudo? Justamente os mais pobres, os que moram mais longe, quem mora nas periferias que vai levar, às vezes, de duas a três horas dentro de um meio de transporte, e nesse tempo poderia estar se especializando, tentando melhorar de vida, tentando fazer um curso, tentando se aprimorar para sair da situação em que se encontra. E por que isso ocorre? Existe um oligopólio das empresas de ônibus, com um lucro garantido, com exclusividade de cada linha; esse monte de empecilhos que citei. Então, fica difícil que haja criatividade, que as pessoas possam apresentar soluções. A gente vê os aplicativos de transporte, é uma boa análise, que a gente pode ter como noção, como uma leve abertura de mercado que aconteceu ali, em função dos aplicativos já mudou muito o cenário. Então, já começou a ter preços mais acessíveis, a ter diversos tipos de qualidade para diversos tipos de bolsos. Então, eu quero deixar a provocação para os meus colegas Vereadores do por que nós não podemos pensar - claro, agora a gente tem uma licitação a ser cumprida – em abrir esse mercado, deixar que as pessoas apresentem soluções. Por que alguém que tem uma Kombi, que quer prestar serviços para outras pessoas – ela quer colocar um Wi-Fi, quer colocar um banco diferente -, que quer levar as pessoas da sua comunidade para o trabalho, já que o ônibus não faz esse papel, é impedido? Por que o Estado proíbe que o cidadão também apresente soluções? Então, essa é a provocação que eu queria deixar para vocês, já que a gente tem exemplos disso acontecendo no transporte por diversas partes do mundo. Há um rapaz, o Andy Didorosi, dos Estados Unidos, que pegou, na cidade dele, em Detroit, ônibus escolares, reformou, colocou Wi-Fi e ainda acabou encabeçando uma revolução no meio de locomoção da cidade, na mobilidade urbana de Detroit.

Estou satisfeito com a fala e espero que vocês repensem sobre algumas coisas já definidas, algo já dado na nossa Cidade e que não tem mostrado um resultado satisfatório para as pessoas. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero dizer, me posicionar, com relação ao que o Ver. Adeli falou, que, realmente, a liberdade de expressão deve existir, só que isso não

exime a crítica, não exime o fato de nós acharmos que isso foi um excesso. Crianças vendo imagens que fazem alusão - é só olhar as fotos que vocês vão ver - à pedofilia e ao bestialismo, essas imagens são influentes, sim, nas suas vidas. Então, eu acho que foi um excesso do artista. Não sou radical nesse sentido, mas eu acho que esse tipo de obra, assim como um filme pornográfico - as pessoas podem assisti-lo entre quatro paredes, eu sou ginecologista e acho que as pessoas têm toda a liberdade para fazerem o que quiserem, Ver. Dr. Goulart, que também é ginecologista -, aberto e exposto, principalmente às crianças, aí já é um excesso, já passou do limite. Eu só queria registrar a minha posição, obviamente contrária à colocação que o Ver. Adeli Sell fez aqui. E eu acho que foi de bom tom o Santander fazer essa retirada depois de todas as críticas que sofreu. Acho que foi excesso, há excessos ali, e todos nós, acho, que comungamos com isso. Até as próprias deputadas, que colocaram a sua opinião, não achariam que seus filhos infantes deveriam ver esse tipo de situação exposta ao público sem uma interpretação, sem orientação dos pais. É uma questão realmente que tem que ser respeitada, é um posicionamento que deve ser respeitado.

Bom, mas eu venho aqui, Ver. Moisés, não é no sentido que V. Exa. brincava antes, mas no sentido de ser construtivo, como fui no projeto, como continuo sendo. Eu quero dizer que esses casos de diagnósticos de patologias oncológicas continuam acontecendo, estão ocorrendo ao meu gabinete, certamente já ocorreram aos gabinetes de vocês. São pessoas que têm o diagnóstico de problema oncológico, às vezes fazem cirurgia em determinados hospitais - Clínicas, Conceição, enfim, nos hospitais públicos da Cidade - e são orientadas a voltar ao posto de saúde para serem reencaminhadas ao hospital! Nós não podemos conviver com esse tipo de coisa, isso faz com que doenças curáveis se tornem incuráveis. Então, a Secretaria tem que estar atenta a isso, a Secretaria tem que fazer alguma coisa com relação a isso. E que demanda reprimida que V. Exa. mencionou que agora é transparente, só aumentou nesses últimos nove meses. A demanda reprimida nas especialidades médicas no Portal Transparência da Secretaria da Saúde só aumentou nesses nove meses. Para não dizermos que não somos propositivos: há um alei em Porto Alegre do Ver. Dr. Raul do PMDB, que fala dos mutirões de cirurgia, é chegado o momento de a Secretaria Municipal de Saúde pensar em mutirões de cirurgia, principalmente para cirurgias básicas, hérnia, vesícula, varizes, retirada do útero, os nossos hospitais públicos, inclusive os dois hospitais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, inclusive o Hospital Presidente Vargas, estão parados no sábado, no domingo e às noites, quando não estão parados por falta de anestesistas, às vezes, durante o dia. Então, é chegado o momento de a Secretaria repensar essa questão. Outra situação: o Hospital da Restinga tem um bloco de quatro salas cirúrgicas. Um hospital pronto para ser utilizado, lá se tem uma possibilidade e uma capacidade instalada de ter pelo menos mais 600 leitos de internação. A Secretaria deve pensar nisso. E terceira e última questão, nesse preâmbulo que faço aqui, a regionalização precisa ser feita pela Secretaria da Saúde. O que significa isso? Fazer com que o paciente que mora no Belém Novo, no Lami, na Restinga não tenha que consultar no Grupo Hospitalar Conceição às 7h da manhã. Isso gera 30% de perda de consulta especializada. São 30% das consultas especializadas em Porto Alegre todo dia

nos ralos. Isso é desperdício de dinheiro público. Então, atenção a essas questões que estamos todos os dias colocando aqui.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero em primeiro lugar agradecer ao Líder, Ver. Idenir Cecchim, a cessão do tempo. O Ver. Idenir Cecchim pretendia falar, pedi a ele, ele abriu mão, agradeço muito. Quero falar sobre o que o Ver. Adeli falou, quero falar sobre o que o Dr. Thiago falou, quero falar sobre esse tema que é candente na Cidade, aqui é o Parlamento da Cidade, aqui nas 36 cadeiras estão consubstanciadas as mais diferentes posições políticas, origens, vertentes de pensamento, e nós temos que falar sobre as coisas da Cidade, da aldeia, falar da nossa aldeia. Ver. Adeli, sou um amante da liberdade, um amante das Artes. Deus me deu a ventura de ir a Firenze, fui lá visitar as grandes obras; fui a Roma para visitar o Museu do Vaticano; tive a felicidade, de há dois, três anos sair daqui numa missão a São Francisco, Ver. Nedel – estava lá Johannes Vermeer e os grandes pintores holandeses; fui a Nova Iorque para ver... Então, eu gosto disso. Gosto de educação também, acho que isso é a base fundante de qualquer civilização. E aí eu fico me perguntando quais são os limites da arte – se é que a arte tem limites.

É óbvio que a gente sabe que, duas por três vezes, a arte é provocativa e até revolucionária. Ela serve para movimentar os alicerces de determinadas sociedades, quiçá convenções. Esse é um dos papéis da arte, é verdade. Agora para mim, como liberal conservador que sou... E muito poucas pessoas sabem o que é um liberal conservadorismo. O liberal conservadorismo prega a liberdade do indivíduo até o limite da liberdade do outro, e que os valores da sociedade, inclusive o capital, têm que estar subordinados aos valores de uma civilização judaico-cristã! Por isso que nós passamos, por exemplo, pelo Iluminismo, que foram filtros que foram aperfeiçoando a história da humanidade.

Ontem eu estava lendo Roger Scruton, que é o pai do liberal conservadorismo, que é filósofo, que é pós-doutor em História das Artes, e ele estava dizendo isso – falava há pouco para o Adeli -, para Platão, a beleza é a expressão da divindade, e a Arte tinha, até pouco tempo, uma questão da beleza, um objetivo finalístico até durante a Idade Média, o Renascimento. E aí veio a Modernidade e nós perdemos a dimensão da beleza, perdemos a dimensão da forma para ficarmos somente com a dimensão da função. Aí vem Bauhaus e outras escolas desse modernismo e hoje do pós-modernismo. Mas aí eu vejo, ao lado de tudo isso, essa verdadeira histeria que se estabeleceu em Porto Alegre, tanto à esquerda quanto à direita. E eu quero fugir dos falsos moralismos, mas eu quero também fugir dessa ideia de que tudo pode. Para mim, meus colegas, o limite da minha liberdade é a liberdade do outro. Eu não posso confundir liberdade total para fazer o que eu quero, do jeito que eu quero e da forma

que eu quero, inclusive passando por cima do direito do outro. Para mim isso se chama civilização; respeitar a outra pessoa é civilização. Então, se eu vou atentar contra valores que são caros para outras pessoas, como uma hóstia ou um crucifixo, eu já estou indo além da questão da liberdade ou da arte, estou atacando e ofendendo outras pessoas. Aí não estamos mais falando em liberdade, mas, sim, ofendendo aos princípios mais básicos de uma civilização, que é o respeito ao outro, que é a alteridade. Eu acho muito legal a parada LGBT, sempre aplaudo; não gosto, por exemplo, quando alguém resolve parar no meio da parada, pegar um crucifixo e introduzir no seu corpo para chocar as outras pessoas - foi além. A passeada Putinhas Aborteiras - desculpem a expressão, mas este é o nome -, legal cada um levantar sua bandeira; precisa ir para a porta de uma igreja e fazer um beijaço para ofender? Então são essas questões que temos que ponderar às vezes; desses limites, Ver.^a Comandante Nádia, caros colegas do PMDB, compreendendo que esse exercício da alteridade, que existem valores para as outras pessoas, que, numa civilização precisamos respeitar. E quando as pessoas se incomodam com isso não é fazer falso moralismo, é que se cada um, na pregação das suas ideias, no levantar suas bandeiras, se restringir a isso para vida e não queira impor isso para os outros, ótimo; agora se em uma exposição, num ambiente público, levarmos crianças ou famílias e colocarmos coisas que aviltem os valores dessas crianças ou dessas famílias, estamos indo além. É esse ir além que devemos cuidar e respeitar, exatamente para respeitar os principais valores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, desde o dia 15 de agosto, no Santander Cultural, acontecia a exposição Queermuseu. Segundo o próprio *site* trata-se de uma iniciativa inédita que explora a diversidade de expressão de gênero e a diferença na arte e na cultura em períodos diversos. Mas, na realidade, é que essa exposição não era, de fato, de arte, e sim de uma ofensa. Não era uma expressão da diferença, e sim de uma perseguição religiosa e cultural. Vou dizer por quê. A arte sempre promoveu o bem, estimulando a evolução do pensamento humano ou fazendo repensar as suas ações para a melhoria da sua vida e da vida em sociedade. Sendo assim, quando uma obra criada provoca o mal em nós, ela deixa de ser arte e passa a ser uma ofensa. Foi o que muitos cristãos se sentiram ao encontrar tal exposição no Centro da nossa Cidade. Para mim, como católico, a figura de Cristo modificada para expor outra coisa não espelha a fé dos cristãos, se configura uma ofensa a todos os cristãos. A hóstia consagrada no altar, durante a Liturgia, se torna o corpo de Cristo e, para a Igreja Católica, esse ato se torna um momento mais importante da sua fé. Por isso é muito grave a utilização de hóstias consagradas ou não com o nome de órgãos genitais e termos sexuais escritos nelas, na exposição – uma verdadeira agressão à comunidade cristã. Além disso, quero saber a origem dessas

hóstias, pois elas são de uso exclusivo da Igreja Católica. A Arquidiocese de Porto Alegre também manifestou a sua posição, dizendo que foi desrespeitosa a utilização de símbolos e imagens, caricaturando a fé católica e a concepção de moral que eleva o corpo humano e a sexualidade como dom de Deus. Não poderia deixar de me manifestar sobre o fato da exposição apresentar diversas obras de sexo explícito, órgãos genitais associados à prática sexual e práticas sexuais com animais, tudo isso sem qualificação em um centro cultural que recebe diariamente excursões escolares e que também recebe dinheiro público, através da Lei Rouanet... Isso, no mínimo, é um desrespeito ao Plano Municipal de Educação aprovado aqui nesta Casa. Graças a Deus e à sensibilidade do Banco Santander, essa exposição foi cancelada, e que não se repita nunca mais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Em nome do PSOL, nós temos uma compreensão evidentemente muito diferente da que foi exposta agora pelo Vereador do PP, Partido Progressista, e também achamos que esse tema envolvendo a exposição é importante de ser debatido, não somente porque nós somos daqueles que defendem a liberdade da arte. E o critério de defesa de liberdade da arte tem que ser um critério irrestrito, a defesa da liberdade deve ter esse critério, senão não é defesa da liberdade, senão é a defesa do critério de quem defende determinada posição. Se nós formos adotar a ideia de que a arte, que supostamente ofende a minha opinião, deve ser banida, nós teríamos que dar acordo ao Estado Islâmico quando destruiu as obras milenares nos seus processos de intervenção no Iraque, na Síria. Essa lógica de combate à arte que supostamente ofenda a minha moral, é a ideia que predominou, por exemplo, na Idade Média, quando a Igreja Católica era parceira das monarquias absolutas e, junto com estas, combateu, de modo impiedoso, toda a livre expressão artística – em primeiro lugar as expressões artísticas evidentemente vinculadas ao nu artístico. Então a humanidade vem fazendo esse debate há muito tempo. Eu não tenho como expor aqui as obras de arte existentes nas igrejas que podem ser interpretadas como ofensa à moral e aos bons costumes. Há muitas obras de arte na igreja revelando isso. Qual é o problema? Não é só uma discussão sobre a liberdade artística que está em pauta, é também uma discussão política, porque essa exposição que era – e é – simplesmente uma exposição artística, aliás, com nomes renomados da arte brasileira e gaúcha, ela serviu para um grupo provocador que está aqui, por exemplo, é o MBL, que instrumentalizou politicamente e fez uma campanha política contra essa exposição.

O jornal Zero Hora não pode ser acusado de posições esquerdistas. O jornal Zero Hora relata muito bem como foi feita essa pressão. O jornal Zero Hora relata muito bem que, na exposição do Santander, existiam equipes de monitores que orientavam as pessoas. Então, não era simplesmente uma exposição sem nenhum tipo

de controle ou indicação, é uma exposição de arte. Na exposição de arte, evidentemente, tem gente que pode não gostar de determinada obra, isso é um direito. Mas o MBL fez um operativo político. Qual é o operativo político que o MBL fez? Foi o operativo político de se juntar com posições reacionárias, com o argumento da defesa, da moral cristã. Aliás, argumento muito usado pelo nazismo. O argumento da moral cristã foi usado pelo nazismo na Alemanha para combater artistas alemães. Não é novo o argumento da defesa da moral cristã.

Então, o MBL fez um operativo por quê? Porque o MBL, de um movimento que começou liberal, com a ideia de combate à corrupção, tem uma crise de identidade e precisa transitar de um movimento liberal que contestou a corrupção, para um movimento com posicionamentos semifascista que perseguem todo o tipo de organização democrática da sociedade civil.

É obvio, como é que o MBL vai ficar com a bandeira da corrupção se o grande líder político deles, o Aécio Neves, foi desmascarado como um corrupto completo? Então, o MBL não podia mais seguir com a pauta da luta contra a corrupção. Não podendo mais seguir com a pauta contra a corrupção, o MBL precisa inventar pautas. Quais são as pautas que o MBL quer inventar? As pautas que este grupo, que começou liberal e começa a se transformar num grupo de extrema-direita, tem que inventar são pautas que mobilizam os setores conservadores. Eu entendo que alguma senhora ou senhor jovem não gostam de determinada obra, ofenda-se com determinada obra, eu entendo isso, é parte do processo de diversidade que tem a sociedade, mas nós não estamos discutindo isso. Quem não gosta desse tipo de obra não vai à exposição, ninguém é obrigado a ir à exposição. Essa exposição tinha controle público, tinha orientação. O que se trata aqui, Vereadores e Vereadoras, é que há uma tentativa de organizar e capitalizar setores com posições fascistas. E é lamentável que tenhamos um Prefeito, que como disse o Carús, tenta impedir na Justiça manifestações dos servidores e apoia manifestações...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente Valter Nagelstein, eu escutei atentamente as manifestações dos colegas Vereadores e reforço o sentimento que tenho defendido desde meu primeiro mandato, de que falta, na minha opinião, interpretação sobre os acontecimentos, sobre textos, muitas vezes. Não é possível que se discuta aqui se é arte, sobre reflexão, democracia... Pessoal, não é admissível, de forma alguma, que se desrespeite símbolos da religião. Eu sou católica apostólica romana, vou à missa

todos os domingos, sinto-me ofendida, sim, quando utilizam um símbolo da minha religião, um símbolo de fé para escrever palavras chulas. Ora! Nós não estamos aqui, de maneira alguma, falando sobre arte. Eu já fui Secretária da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Arte serve, deve servir para reflexão, mas a arte deve ser feita com respeito. Eu vou ler para os senhores e para as senhoras o que diz a religião Católica sobre o significado dos objetos litúrgicos. “Objetos litúrgicos são aqueles que servem ao culto divino e ao uso sagrado, razão pela qual não podem ser manuseados de modo displicente, muito menos de forma desrespeitosa.” Isso é hóstia. O mesmo seria, na religião Judaica – com muito orgulho eu sou casada com um judeu, há 43 anos –, se usassem a Torá, de forma desrespeitosa. Senhores, senhoras, na fé cristã, católica, ortodoxa, protestante, nós temos que defender valores, proteger a fé. Não é possível que eu tenha escutado aqui colegas meus defenderem essa exposição como democrática, como um debate para a arte. No momento em que insulta a pornografia ela desrespeitou a religião Católica, quando ela usou o símbolo dessa religião que é a hóstia! Ora, a hóstia, para quem não sabe, é o corpo de Cristo, é o momento mais importante da fé dos cristãos, é a celebração da igreja Católica. A utilização de hóstias com nome de órgãos genitais e termos sexuais escritos nelas na exposição é, sim, um desrespeito à fé católica! É uma afronta! Ninguém aqui está falando em arte, em debate! Ora, o que me surpreende, o que me choca, além de utilizar um símbolo religioso de uma instituição, num Banco como o Santander, é que pessoas defendem uma afronta dessas! Isso é incitação à pornografia. Isso é um desrespeito, isso é chulo, isso é vergonhoso! E se não me falha a memória, eu li também, no jornal Zero Hora, que os monitores cuidavam os locais que as crianças não podiam ver. Ora, se tem que desviar crianças das obras pornográficas é evidente que não é indicado para crianças. Eu sempre digo e defendo, nas minhas opiniões sobre exposições, que a arte é uma contemplação, é uma reflexão, deve servir para o debate. Agora, isso não é arte; isso é um ataque a uma religião; isso é um ataque, é um desrespeito à fé dos cristãos! Um símbolo religioso como a hóstia, não podemos, de forma alguma, querer levar o debate para o outro lado. Eu não vou me ater, de forma alguma, à diversidade sexual. Não é isso que eu vim fazer aqui na tribuna. Eu quero mais uma vez reforçar...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. MÔNICA LEAL: ...Presidente, mais uma vez eu vou reforçar: hóstia, na religião católica, é o corpo de Cristo. É um momento importante da fé dos cristãos, celebrado na Igreja Católica, que foi fortemente atacado, ofendido. Apenas isso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu fico pasma com alguns dos argumentos que foram trazidos aqui na tribuna. Primeiro, Ver.^a Mônica, o Governo vai ter que decidir qual é a sua posição, porque o Prefeito Marchezan fez uma postagem lamentável, de alguém que, decerto, não conhece a história da arte, mas o Secretário de Cultura apresentou outro posicionamento na Rádio Gaúcha. Então, acho que é importante o Governo definir. Acho muito lamentável a fala do Prefeito.

Eu queria pegar dois aspectos da fala da Ver.^a Mônica Leal. O primeiro deles é a questão da arte. Ver.^a Mônica, peço que olhe atentamente esta obra de arte famosa. (Mostra fotografias.) Esta é a obra Santa Maria de la Victória, que está dentro de uma igreja em Roma. A Vênus de Milo, se nós pegarmos a Revolução Francesa...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Mônica Leal.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu vou chegar na hóstia, não se preocupe – até porque eu não lhe interrompi no seu pronunciamento.

Metade dos que estão fazendo uma tempestade e condenando a liberdade de expressão artística, quando vão num museu como o Louvre, visitam as grandes obras de arte, mas teriam que defender o fechamento e a retirada de muitas obras do Louvre. Ou vão ao Museu Rodin, um dos maiores escultores da história da humanidade em que centenas de obras retratam a nudez, Ver. Tarciso, retratam a nudez. Um dos melhores museus do mundo, de um dos melhores escultores da história da humanidade. Está lá! Mais do que isso, alguém pode olhar o quadro do Delacroix sobre a Revolução Francesa e dizer, de forma absurda, que se trata de apologia ou incitação à violência, quando, na verdade, retrata de maneira brilhante um dos grandes acontecimentos da humanidade, mesmo que não o retratasse. Eu faço essas considerações, porque é preciso sair do pires, que são algumas das intervenções que me antecederam neste plenário. O pires, de tão raso, são as coisas que nós ouvimos aqui. Mais do que isso, é preciso ter seriedade para tratar com os que pensam diferente, não só na liberdade de expressão artística. E eu fui muito contemplada pela intervenção do meu colega, Ver. Roberto Robaina, mas com os argumentos que trazem para defender a suspensão da exposição, como, por exemplo, a ofensa à fé cristã. Ver.^a Mônica, a senhora sabe qual foi o argumento do Estado Islâmico depois do atentado que matou mais de dez pessoas no Charlie Hebdo? Qual foi o argumento dos reacionários, assassinos do Estado Islâmico? A blasfêmia com a fé muçulmana, por causa de uma caricatura de Maomé. Eu não sou muçulmana! Agora, o Charlie Hebdo tinha ou não tinha as condições de retratar, no seu estilo jornalístico, com sua pena satírica, determinadas opiniões, ou mesmo com a fé cristã o mesmo jornal editou. Eu faço esse alerta, porque essa lógica de raciocínio é uma lógica que sustentou e financiou, ao longo da história, por exemplo, o nazismo, as barbaridades e as brutalidades em nome de uma fé ou em nome de uma identidade, a aniquilação da

liberdade de expressão. A queima de livros, a suspensão de obras de arte! Olhem o que vocês estão defendendo desta tribuna! Isso é muito grave. É o que sustentou, por exemplo, o Estado Islâmico, quando desmontou obras milionárias no Iraque e na Síria, ou não foi? Ou a humanidade não ficou estupefata quando se derrubaram obras milenares! Se a senhora não gosta da exposição, não visite a exposição! Todos têm liberdade de não visitá-la. Não visite o Louvre, não visite o Rodin, não compre o Charlie Hebdo. Agora, aceitar essa premissa é muito grave. Aceitar essa premissa pode nos levar às barbáries da história. Aceitar essa posição Macartista pode nos levar a dizeres... Aliás, a senhora que combate muito as pichações me surpreendeu, pois a senhora não falou das pichações do MBL ou dos apoiadores do MBL nos locais...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: ...Várias sedes deste Banco amanhecerem pichados com coisas horrorosas, mas eu não vi a Vereadora falar nada sobre essas pichações absolutamente deturpadas que apareceram. Então, acho que é de fato uma caricatura, por um lado, esses, que se criaram numa linha de que combate à corrupção, à medida que apoiam o Governo corrupto do Temer e que estiveram ao lado do Eduardo Cunha, não podem ir para a luta política, porque estão defendendo um governo podre de corrupção e que, ao mesmo tempo, está fazendo a maior devastação do direito dos trabalhadores, criam esses factoides, esse Macartismo, essa perseguição. Eu digo a vocês: podem tentar, mas não silenciará a arte, a liberdade de expressão e a luta por mais direitos. Tenho certeza de que, amanhã, na manifestação, centenas de pessoas, talvez milhares, se posicionem sobre esse fato lamentável, apoiado pelo Prefeito reacionário da Capital Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu ouvi várias falas. Eu olhei alguns vídeos sobre a exposição que estão falando aqui, e eu não levaria a minha filha para ver essa exposição. Mas também tem outras coisas que gostaria de falar aqui. Queria ver todos esses discursos sobre a novela das 9 horas que mostra para a gurizada que o bom é ser traficante de drogas, porque ele pega a Juliana Paes, pega uma loirinha lá de olhos azul e fica milionário. E não dá nada. Queria também falar da coisa mais obscena dessa semana, que acho que interessa à população de Porto Alegre, que não tem acesso à Saúde, e à população do Rio grande

do Sul, que não tem acesso à segurança pública, a toda população que não tem acesso à educação. São os atos obscenos que se viu esta semana em Brasília, malas e mais malas e caixas com mais de R\$ 50 milhões. Dinheiro público, dinheiro de obras que não foram concluídas, doados por empreiteiras provavelmente. Declaração do ex-Ministro Palocci dizendo que somente num aporte o Presidente Lula tinha mais de R\$ 300 milhões à disposição para os seus gastos pessoais. Eu acho que isso é um grande ato obsceno, no fim de semana, do feriado. E o grande ato de achar que não existe impunidade, quando se vê milhões, milhões em caixas e milhares de depoimentos. E somente um depoimento é o correto, é o depoimento do Presidente Lula. Os outros depoentes todos mentem; os empresários metem; os companheiros de partido mentem; todo mundo mente, todo mundo diz mentiras, que nós vemos e estamos num Governo corrupto há décadas. Um Governo que rouba dinheiro das empresas públicas; um Governo que tira dinheiro da Saúde, da Educação, um Governo que tira dinheiro das obras; um Governo que não conclui as estradas deste País; que não conclui os hospitais deste País; um Governo que não conclui o ser plano de Governo; que destrói a Petrobras; que destrói o plano energético deste País para pegar dinheiro. Isso quem disse agora foi um dos homens mais fortes da República nos últimos 16 anos, foi o Ministro Palocci, foi um dos homens mais fortes da República, que disse que o dinheiro foi dado.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu não tinha meu nome na cédula com o Temer, Ver.^a Sofia, diferente da senhora que subiu nos palanques pedindo voto para a Dilma e o Temer; diferente da senhora que pediu voto para o 15 e para o 13. Eu não fiz isso, a senhora fez isso, então, não fique nervosa.

(Aparte antirregimental do Ver. André Carús.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Só para o 13, me corrige o Ver. André Carús. A senhora pediu voto, eu não pedi voto. A senhora pediu voto para esse projeto de Governo que está falindo o Brasil. Essa continuidade de Governo é sua, o Geddel foi no início do seu Governo; o homem de R\$ 50 milhões foi ministro do seu Governo, o homem de R\$ 50 milhões foi o homem forte do seu Governo, do Governo do PT. O Temer era Vice do seu Governo, do Governo do PT. A verdade está exposta aí para quem quiser ver. Eles vêm roubando, vêm assaltando os cofres do povo brasileiro, não é de agora, vêm tirando o dinheiro dos cofres do povo brasileiro, não é de agora. Se o Geddel tinha R\$ 50 milhões, quanto não tem ou outros? Se o Lula pegou R\$ 300 milhões para gastos, o quanto os outros não pegaram? Realmente, Ver.^a Sofia, pelo amor de Deus, como roubaram e sangraram este País! Como roubaram, sangraram e tiraram dinheiro da saúde, da educação e da segurança pública. Acho que esse é o grande ato pornográfico, é o grande ato obsceno da nossa República brasileira que nós presenciamos no feriado e neste fim de semana: malas do Geddel, declaração do Palocci e principalmente o grande parceiro do Governo, a JBS/Friboi, cuja máscara caiu, um

dos maiores contribuintes deste Governo que aí está e do Governo que estava aí. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 16h38min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação a Indicação de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, para integrar a Comissão Representativa deste Legislativo, pela bancada do PSDB, bem como a indicação do Ver. Rodrigo Maroni para representar a bancada do PODE na referida Comissão. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 124/13 e do PLL nº 122/13 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Dr. Thiago solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 16 a 26 de outubro de 2017. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 158/17 – (Proc. nº 2295/17 – Ver^a Sofia Cavedon) – requer seja encaminhada Moção de Solidariedade “aos professores, estudantes e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que enfrentam a ameaça de redução de serviços, devido ao corte de verbas por parte do Governo Federal”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 158/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 158/17, como autora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o Ver. Adeli nos representou, então, a temática vai ser depois, talvez, nas Comunicações eu possa fazer o diálogo com vocês. Parabéns a Robótica, eu queria

aproveitar a Cris, os meninos e as meninas, e já encaminhando esse tema da UFRGS, dizer que nós, Ver. Mendes, temos um projeto que era em todas as escolas de alto nível, que é da informática, a Robótica, à programação de robôs, montagem, programação e construção de projetos pelos nossos alunos, em todas escolas. Algumas foram mais longe, como a Villa Lobos, que é uma escola que já ganhou campeonatos mundiais, e essa galera está indo... Olha que lindeza, eu quero aqui agradecer ao Ver. Alvoní, Ver. Tarciso, Ver. Ricardo Gomes, foi muito lindo, terça-feira nós recebemos a escola desesperada, nós vimos o choro da professora, porque há uma expectativa na escola inteira, as crianças fazem oficinas, têm aulas, todos se envolvem, tem uma equipe! E hoje temos a notícia de que a Prefeitura vai, enfim, pagar a metade, e o Ver. Ricardo Gomes entrou em contato, na hora, com o Governo. A escola ainda não tinha retorno, a inscrição é nessa sexta-feira, por isso eles passaram a tarde aqui vendendo rifa, estão com uma vaquinha virtual, e é para competir nacionalmente com escolas privadas! Já ganharam do Anchieta, do São Pedro, enfim, é lindo de ver, é arrepiante, é essa educação que nós queremos. Então, parabéns, queridos e queridas, quiçá, um dia, não precisem fazer vaquinha, vibrar com um conhecimento complexo, que a gente se orgulha demais. E obrigada ao conjunto dos Vereadores e Vereadoras. Eu sei que todo dia a gente contribui com alguma coisa, mas essa contribuição vai fazer toda a diferença. Nós vamos divulgar a vaquinha, vocês irão lá, vão vencer e vão levantar ainda mais um orgulho que a gente tem do trabalho que a escola e a rede fazem. Inclusive, amanhã, abre o Porto Alegre em Cena com a Orquestra Villa Lobos, da escola da Lomba do Pinheiro, e com o grupo de dança da Escola Pasqualini lá da Restinga. Então, gente, eu faço essa Moção de Apoio em apoio às universidades públicas. Porque se tem que fazer escolha tem que escolher educação. Os institutos federais, Ver. Robaina, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e as universidades federais estão contando com um orçamento 50% abaixo do necessário para a continuidade da pesquisa, Prof. Alex, das bolsas para os estudantes, para pagar luz e custeio da universidade. Tempos obtusos estarão chegando aí, se nós não conseguirmos fazer uma força no Brasil inteiro para blindar os orçamentos das nossas universidades, Ver. Valter. No Estado do Rio de Janeiro está sendo sugerido fechar e demitir os professores, tamanha é a crise. E o que será deste país, do futuro dos nossos jovens, dos seus projetos de vida, da sua formação, se o Brasil não puder produzir o conhecimento novo que a universidade, que os institutos federais possibilitam aos nossos jovens? Então, essa Moção se soma à Marcha pela Ciência. As comunidades científicas no Brasil todo têm feito atos aqui, sob a coordenação do Professor José Vicente Tavares – estou lendo aqui nos jornais uma das notícias.

E, Vereador-Presidente, eu havia sugerido que fizéssemos um período de Comunicações, numa quinta-feira, para os institutos federais que estão oferecendo tanto emprego, tanta formação técnica diferenciada, virem falar do trabalho que estão fazendo e dos riscos da redução orçamentária. Então, o meu pedido aos senhores e senhoras é que nós possamos votar esse apoio às comunidades dessas universidades e institutos federais. Vamos nos manifestar ao Governo Federal, ao Ministério Público e ao Conselho Nacional de Educação, em relação à necessidade de permanecer, de manter...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 158/17, pela oposição.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, eu venho encaminhar o voto da nossa bancada do PSOL, portanto da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina, de apoio à moção da Ver.^a Sofia que propõe solidariedade com relação aos professores e corpo técnico das universidades federais, em especial da nossa UFRGS, devido a essa redução do repasse pelo Governo Federal. Eu, para contribuir com o debate, trago um depoimento de cunho pessoal. Entrei na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1995 e me formei no ano de 2000, portanto peguei um dos momentos mais dramáticos da história dessa Universidade por conta do contingenciamento de verbas imposto pelo Governo Federal na época da presidência do Fernando Henrique Cardoso. Os professores e servidores passaram oito anos sem reajuste; os repasses vinham a conta-gotas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul não tinha verbas para a manutenção básica das suas estruturas. Nós víamos as estruturas, os laboratórios, os móveis, os utensílios se deteriorando pouco a pouco. Durante os cinco anos que permaneci nessa Universidade, eu só percebi degradação e muito boa vontade por parte do corpo técnico que trabalhava na UFRGS – muitos dos servidores ainda estão na ativa –, para tentar fazer o melhor dentro das limitações que eram impostas. Eis que nós temos, neste momento, algo parecido ilustrando o horizonte na nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse contingenciamento de verbas, principalmente atrelado à questão da defasagem da nossa moeda e da crise que se avizinha, só tende a aprofundar ainda mais o quadro das nossas universidades federais, diga-se de passagem que são os grandes centros de produção intelectual do nosso País. A maior parte da produção técnica e científica, e por que não dizer tecnológica, do Brasil se dá dentro das universidades federais. Portanto, reduzir esses repasses é condenar o nosso País a ser um consumidor de tecnologia, e, para consumir em vez de produzir, se gasta mais o que não é coerente na minha ótica.

Outro ataque que está sendo imposto é o corte das bolsas de iniciação científica. Isso limita demais o desenvolvimento dos futuros cientistas deste País, e reclama-se demais que muito do material humano altamente qualificado deixa o País e busca outras pátrias, outras nações para ganhar a sua vida. Mas o que faz o Governo para dar uma contrapartida a isso que é tão cruel? Reduz verbas, limita o investimento em pesquisa, em cursos de capacitação. Esse não é o melhor caminho a ser tomado. Nós precisamos qualificar os espaços de ensino, melhorar as suas condições, as condições de trabalho dos profissionais que lá estão, nós precisamos dar aos nossos jovens cursos cada vez melhores, de melhor qualidade. Se não for dessa forma, senhoras e senhores, que tipo de futuro nós estamos propondo? Que tipo de futuro nós estamos objetivando,

estamos perseguindo? O Governo Federal quer um futuro mais sombrio para todos nós, disso não restam dúvidas. Portanto, manifesto aqui o apoio da nossa bancada à essa moção de solidariedade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 158/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, essa moção foi protocolada no dia 17 de agosto. Os motivos da justificativa são temores de que exista corte de recursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que, se ocorrente, levariam aos transtornos aqui elencados: redução das refeições do restaurante universitário, enfim, a terceirização dos preparos da refeição do restaurante universitário. Não sei como isso seria afetado, Vereador, mas são as razões que aqui foram colocadas. O que me traz à tribuna é porque eu e o Brasil todo ouvimos o Ministro de Educação solicitar aos reitores, não só da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mas de todas as outras universidades, a redução de verbas, que, segundo eles, se encontram rigorosamente de acordo com o que está estabelecido no Orçamento. Então eu quero fazer essa ressalva, Sr. Presidente. Não há, ainda que possa assim ser entendido, na moção, nenhuma manifestação de desagrado ao que vem acontecendo, e sim temor do que possa vir acontecer. Olha, diz o adágio popular que não se deve ter temor quando não se tem fundamentos para isso. Eu acho que não tem fundamentos para isso, eu acredito no Ministro da Educação, que, peremptoriamente, declarou isto: gostaria de receber dos reitores, não só da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como das demais universidades gaúchas federais do Rio Grande do Sul como aquela que nasceu na antiga fundação católica, que agora é modelarmente reconhecida pela sua capacidade na área da Medicina, que todos nós gostaríamos que não acontecesse redução disso, em que pese todos nós sabermos que o Brasil vive uma crise sem precedente. Esse País foi literalmente quebrado pela roubalheira, pela sacanagem, pelo mau uso do recurso público. E uma vez quebrado, se busca agora, de uma forma ou de outra, retirar do buraco fundo em que se está, mais abaixo do pré-sal, que foi mais uma mentira que essa Nação recebeu, que seria a solução da nossa economia, e não foi. Então, eu fico com temor, já que estamos falando em temores, de que a decisão da Casa seja mal interpretada.

Por isso, Sr. Presidente, eu antecipo uma Declaração de Voto, eu me solidarizo ao temor de que possa ocorrer algo que não está acontecendo e que evidentemente não gostaria que acontecesse, e, se fosse acontecer que fosse melhor explicado na sua concretização. Era isso que eu desejo, por antecipação, dizer: voto com a moção nos termos da Declaração de Voto que encaminharei à Mesa, enfatizando, Ver. Dr. Goulart, que o Ministério da Educação, a quem cabe suprir de recursos as universidades federais do Rio Grande do Sul, depois dessa promoção, declarou, reto aos senhores Reitores, demonstrar onde está a quebra do recurso, senão aqueles que são

devidos porque são orçamentários; todos eles, durante o mês de agosto passado, religiosamente, para honrar as universidades. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 158/17.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão no dia de hoje. Esta moção, de autoria da colega, Ver.^a Sofia Cavedon, me faz lembrar dois grandes movimentos que tivemos em Porto Alegre sobre duas escolas técnicas. Quem não conhece a escola técnica, aqui no Centro da Cidade, no antigo prédio da Ulbra, que, no passado, era ali atrás do Planetário, próximo à UFRGS. Esses dois movimentos, dos quais participei – era Vereador aqui na Casa –, dialogava com a expansão das escolas técnicas em todo País, que iniciou lá com o Governo Lula e terminou com o Governo Dilma, com mais de 500 unidades de expansão técnica naquele período. Depois, assim mesmo, quando saiu o governo, se concluiu em torno de 644 unidades em todo o País. O Rio Grande do Sul teve, naquele período, 40 escolas técnicas. Não tinha nenhuma nem no País, nem no Estado do Rio Grande do Sul, até porque havia, Ver. Adeli, um documento do Fernando Henrique Cardoso, governo anterior ao Lula, que proibia a ideia de expansão das escolas técnicas. Por que será? Não se sabe ainda por quê. Isso foi um grande achado no nosso Governo, à medida que milhares de cidadãos e cidadãs, sejam eles pobres ou classe média ou rica, conseguiram fazer um curso técnico e entrar no mercado de trabalho. Foi uma grande sacada do governo e que hoje, para vocês terem uma ideia, aqui, uma das escolas, que estavam instituídas ali ao lado da UFRGS, atrás do Planetário, tinha em torno de 600 alunos; tem mais de 2.600 alunos hoje ali no Centro, no antigo prédio da Mesbla – aliás, era da Mesbla, depois, foi da Ulbra e hoje é do Instituto Federal das Escolas Técnicas.

Portanto esta moção trazida pela Sofia merece, sim, uma enorme discussão, à medida que o Governo Federal corta os recursos, não só para a expansão, mas para a manutenção desse processo. Hoje as escolas técnicas vão ser reduzidas, está claro para nós, tanto na saúde, como na educação. Se há algo que nós temos que defender é a oportunidade aos jovens, e essas escolas técnicas oportunizam a entrada deles no mercado de trabalho. À medida que ele faz um curso técnico, ele tem condições de entrar no mercado do trabalho. E para a grande maioria dos estudantes – eu estive lá, nas duas – o curso técnico oportunizou a manutenção da sua luta, da sua convivência e da sua sobrevivência familiar, entrando no mercado de trabalho, para, logo adiante, concluir um curso de nível superior, que é a faculdade.

Então, se há uma grande sacada e que os governos deveriam apoiar é, sim, a oportunidade das escolas técnicas e apoio aos educadores, o caso da moção que a Ver.^a Sofia aqui apresenta. Então, parabéns, Ver.^a Sofia, e queira Deus que todos nós possamos apoiar iniciativas como essa que dialogam com aqueles jovens que só

poderiam entrar no mercado de trabalho como estagiários, e hoje, ao concluir o curso técnico, vão competir no mercado de trabalho para logo adiante concluir sua faculdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 158/17.

O SR. FABRÍCIO LUNARDI: Eu acredito, Srs. Vereadores, que o Reuni nas universidades faz com que elas cresçam, com que aumente o orçamento, as verbas, porém ataca apenas o sintoma, a doença, de fato, não. A universidade pública continua não permitindo investimento privado, e o aluno, na universidade pública, chega a custar três vezes mais do que numa universidade privada. Então, três alunos poderiam estudar em uma universidade privada através do Prouni ou pelo sistema de *vouchers* e bolsas. Ou quantos alunos poderiam entrar em colégios muito bons privados? Por isso que eu acredito que o Prouni, sim, é uma política responsável, uma política liberal e ele, sim, ataca a verdadeira doença. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 158/17.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, se eu estivesse no lugar da Ver.^a Sofia, teria vergonha de encaminhar, com todo o respeito. Porque a senhora foi Secretária da Educação do Município de Porto Alegre. No Governo do PT, que quero lembrar os senhores, desarticulou as escolas de turno integral do PDT e do Brizola – desarticulou! Aliás, falando em Brizola, quando construiu o sambódromo, ele o fez de modo que no tempo em que não fosse usado virasse escola. Construiu CIEPs. Para comparar Brizola com Lula... Lula gastou mil vezes mais do que Brizola gastou nos CIEPs, com seus estádios faraônicos da Copa do Mundo, que não sediaram mais nada.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Tem que politizar! Tudo é política! Tudo é política, Vereadora. Tudo é política, porque são opções políticas. Então, foram lá, pegaram o dinheiro do povo brasileiro, sofrido, para construir estádios de futebol, para dar pão e circo para o povo e não investir em escola! Escola técnica, que o meu querido Ver. Oliboni fala, eu estudei no CAT, em Bagé, aprendi Técnicas Domésticas, a fazer barra de calça. Torneiro mecânico, o Ver. Bosco sabe, datilografia, acabaram com

isso! O Governo do PT administrou duas vezes aqui, com o Olívio e com o Tarso, e o que investiram em educação? O que investiram em educação, minha gente?

Agora, vejam aqui, eles vêm propor uma moção de repúdio... Eu não quero defender o Governo Temer, mas a nossa honestidade intelectual. Vejam aqui essa manchete de O Globo, de 30 de março de 2016: “Governo Dilma corta mais de R\$ 6 bilhões em recursos para a saúde e para a educação”. No caso da educação foram R\$ 4,2 bilhões. Quem cortou?

Manchete do Estadão, de 2 de janeiro de 2016, meu caro Secretário Ricardo Gomes, colega Vereador: “Educação perde R\$ 2,5 bilhões em 2015”. Para botar onde? Para botar em Abreu de Lima? Meus colegas do PSOL, que tanto falam na necessária luta contra a corrupção, para tirar de educação para botar na superfaturada Refinaria de Abreu de Lima? Tirar R\$ 10 bilhões da educação?

As universidades federais tinham previsto o orçamento da LOA de 2016 no valor de R\$ 7,9 bilhões; no entanto, a programação orçamentária do governo anterior determinou o corte de 31%, correspondente a 2,4, limitando o orçamento real a 5,5 – fonte do MEC. O Governo Dilma efetuou o corte de R\$ 6,4 bilhões no orçamento da LOA global do MEC para o exercício de 2016. Informação do MEC.

Vamos falar de outra coisa, então? Vamos falar do Fies? Quantos jovens favelados no Brasil, excluídos, moradores da periferia, podiam acessar a educação elitizante, como querem dizer uns, através do financiamento estudantil? Quem é que acabou com o financiamento estudantil? Quem é que cortou. Ver. Cassiá, de 2 milhões de jovens beneficiários do Fies para R\$ 150 mil?

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Cara de pau a sua, Ver.^a Sofia Cavedon, que além de tudo faltou com a educação dizendo isso para um colega que está na tribuna! Cara de pau a sua! Cara de pau a sua de propor uma moção dessas! É onde a hipocrisia e a desfaçatez caminham lado a lado.

O PT tem a maternidade, Ver.^a Sofia Cavedon, dessa tragédia que o Brasil vive! De ter governado e não ter investido em educação! De ter investido em estádios, de ter gastado o que gastou! Está aí o depoimento do Palocci, para dar na cara do brasileiro, essa semana passada, do que o Sr. Lula fez! E aí vem falar aqui numa moção de apoio às universidades?! Tem que apoiar as universidades quando está governando! Tem que apoiar a educação quando está governando, não quando está sentado aqui, na Câmara de Vereadores, para jogar para a torcida. Então, eu quero rogar aos Srs. Vereadores: vamos dizer um “não” a esta moção que está sendo encaminhada, porque ela é, acima de tudo, injusta, Srs. Vereadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 158/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Gente, eu acho o seguinte: honestamente, com toda a tranquilidade de quem combateu todos os cortes da educação: o Governo Fernando Henrique, o Governo Lula e, sobretudo, dos últimos cortes da Dilma, que foram muito pesados, e agora nós estamos vendo as universidades federais, os institutos federais morrendo à míngua. Quem votar contra a moção está votando para que as universidades morram à míngua. Não se pode tergiversar porque é uma moção muito simples, uma moção de apoio aos servidores.

Eu quero dar um dado para vocês. A UFRGS, agora, estamos em setembro de 2017, não tem dinheiro para pagar luz e água! A UNB está sendo desmontada, e a Reitoria, em vez de fazer a luta para ter mais recursos, fez uma demissão de mais de 3 mil servidores da universidade. As universidades federais têm 70% das verbas que tinham no ano passado, e ainda contingenciada boa parte dos recursos, ou seja, em um ano em que a inflação aumentou, as universidades têm quase 2/3 dos recursos do ano passado, porque tem boa parte que ainda está contingenciada. É óbvio que as universidades federais cumprem um papel estratégico não só na formação das profissões, não só na garantia de que os jovens possam acessar o ensino superior, mas também na produção de pesquisa. No Brasil, por exemplo, mais de 90% da produção de pesquisa vem das universidades públicas, não está nas particulares, não está em outros lugares; está nas universidades públicas.

A produção de extensão, que é quando a universidade devolve para a comunidade o seu serviço: a gente pode pegar, ali na Odontologia da UFRGS, as consultas a preços módicos, apenas para o material, o atendimento dentário gratuito, podemos pegar os hospitais-escola. Ou alguém vai me dizer que é contra o Hospital de Clínicas em Porto Alegre? Embora eu achasse que tinha que ser cem por cento SUS, que é uma luta nossa. Mas e o hospital-escola? Ter mais recursos para as universidades significa financiar hospital-escola, significa financiar a produção de novos investimentos em tecnologia para o nosso País. Infelizmente, os governos desmontam esses investimentos, inclusive para poder diversificar e para que a gente possa inverter essa lógica do Brasil como exportador de *commodities* e sempre num papel, numa posição independente em relação ao capitalismo mundial, num país que é a sexta, sétima, até oitava economia no mundo, mas tem muita produção de riqueza. Teria que ter medidas de taxaço progressiva, taxaço dos bancos, etc., mas, mais do que isso, também inverter e garantir mais desenvolvimento em tecnologia. E quando se cortam os recursos das universidades, está-se matando o desenvolvimento da tecnologia do país.

Então eu acho, Ver.^a Sofia, que a sua moção vem em bom tempo. Está tendo uma mobilização nacional para que as universidades não acabem fechando as portas, para que não aconteça o que aconteceu na UERJ. Lá no Rio de Janeiro, o Governo quer fechar a Universidade, aliás, está no pacote de negociação da dívida com o Governo Federal, que funciona como agiota, neste caso, a questão dos desmontes das estatais. E, neste caso específico, inclusive o fechamento da UERJ. Isso é um escândalo! E nós estamos vendo um movimento nacional em favor das universidades. Isso independe, a votação dessa moção, das opiniões que nós temos deste Governo. Nós achamos que o Governo Temer é um governo de devastação neoliberal, um governo que quer

desmontar as políticas e o fim de financiamento de ensino superior público, que está desmontando a questão da saúde, da assistência, com a PEC 25. Mas a moção é apenas uma moção de solidariedade aos servidores, aos estudantes e funcionários diante da falta de recursos para que consigam garantir esses recursos. Então, eu só quero fazer esse alerta, porque, na prática, quem votar contra a moção estará dizendo: “Universidades, fechem as portas.” Não é a nossa posição, nós defendemos as universidades públicas, nós defendemos que as universidades tenham recursos, nós defendemos que ela seja mais popular, mais pública, tenha mais extensão e produza tecnologia para a sociedade e não para interesses do mercado. Agora, o que nós defendemos para a universidade é uma discussão que seguirá sendo feita...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein, o Requerimento nº 158/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 13 votos **SIM**, 10 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Declaro que votei na conformidade da manifestação efetivada da tribuna, ressaltando que o Ministro da Educação, em pronunciamento público, relatou aos reitores a demonstrar a existência de cortes de recursos em suas universidades. Este fato público não foi contestado. Desta forma, a moção destina-se a sugerir solidariedade com os estudantes, funcionários e professores da Universidade Federal, face ao temor de vir a acontecer a situação apontada na proposição. Sustentando que tal situação não ocorre na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *ad cautela* concordo em encaminhar ao Ministro da Educação que redobre os seus esforços para evitar que no futuro isso venha a ocorrer. Este é o nosso voto, com as ressalvas já apontadas da tribuna”. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Por favor, encaminhe por escrito para ficar devidamente registrado.

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0865/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/17, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui e define como Zona Livre de Agrotóxicos à

Produção Primária e Extrativa a área definida como Zona Rural no Município de Porto Alegre.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 04-09-17 por força do art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLL nº 088/17. (Pausa.) O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 088/17.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Ver. Valter Nagelstein, na condução dos trabalhos neste momento, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e, também, pelas galerias. Rememorando, ainda na Legislatura passada, nós tivemos o encaminhamento de um projeto do Executivo que restabeleceu a zona rural de Porto Alegre, zona essa que não existia mais no nosso Plano Diretor desde 1999. Mas o Executivo Municipal resolveu encaminhar um projeto, depois de larga discussão, restabelecendo 8,23% do nosso território como zona rural, que já era zona de produção primária da Cidade. Nós propusemos uma Comissão Especial que tratou, durante 90 dias - eu presidi essa Comissão Especial - do Projeto de Lei que restabelecia a Zona Rural. Ao longo dessa discussão, surgiu uma emenda do Ver. Comassetto que, no bojo daquele projeto, tornando a zona rural livre de agrotóxicos e de transgênicos. Nós não aprovamos a emenda, quando aprovamos o restabelecimento da zona rural, porque os produtores rurais, que aqui estavam, entendiam que precisavam ter um tempo para essa transição. Tão logo esse tempo ficou pactuado entre o Sindicato Rural, a RAMA e o conjunto dos produtores rurais da cidade, nós apresentamos um projeto, tornando a zona rural de Porto Alegre livre de transgênicos e agrotóxicos num prazo de até 15 anos. E esses 15 anos foi o tempo que solicitou a RAMA, o Sindicato Rural e a Comissão Municipal de Segurança Alimentar. E nós aprovamos, aqui nesta Casa, por unanimidade, esse projeto no ano passado. Tivemos, na troca do Governo, o encaminhamento do veto desse projeto que aprovamos em 2016; o veto dizia respeito ao mérito na parte que lidava com o transgênico. Na apreciação do veto, nós, de forma resiliente, até porque esse projeto é de resiliência da Cidade, aceitamos o veto, porque ele tratava da questão da transgenia que, realmente, é uma questão mais controversa. Nós, realmente, não podemos jogar no lixo pela pesquisa transgênica que existe. Ela tem diversas formas de avaliação. Então, nós acatamos o veto, porque o veto dizia no mérito, como afirmei aqui, especificamente, sobre a questão dos transgênicos. E reapresentamos então esse projeto, que tem o

mesmo conteúdo do projeto que já aprovamos, em 2016, apenas retiramos a questão da transgenia.

Este novo projeto é de 14 de março de 2017, ou seja, já temos ele tramitando na Casa por seis meses, o segundo projeto que trata deste tema. Então, acredito que nós estejamos com bastante acúmulo para podermos, com a aquiescência de todos os meus Pares, aprovarmos novamente o projeto na parte que trata da zona livre de agrotóxicos, num prazo de até 15 anos, ou seja, não vai haver nenhuma obrigatoriedade imediata. Os produtores primários, tanto da parte agrícola como da parte de criação animal precisam de adaptações. Na parte de criadores é mais complexa ainda, tem que haver a introdução da medicação, Dr. Goulart, da homeopatia. Mas nós achamos que estamos devidamente amadurecidos, porque se trata de um projeto de segurança alimentar, de saúde pública e, acima de tudo, um projeto de resiliência...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. CASSIO TROGILDO: ...Só para terminar a discussão, gostaria então, que nesse primeiro período de discussão pudéssemos aprovar novamente esse projeto. E agora sem a parte que trata da transgenia, com certeza, teremos a sanção do Prefeito Marchezan, para que, logo em seguida, também se possa começar o trabalho de discussão, Ver. Márcio Bins Ely com a sociedade civil, de como se fará a implementação. Agradeço a todos, se não for preciso já encaminho, pedindo os votos das Sras Vereadoras e dos Srs. Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para discutir o PLL nº 088/17.

O SR. DR. GOULART: Quero dizer aos meus Pares que provavelmente a nossa bancada vai seguir o meu voto e o voto do Cassio, que é para que se estabeleça uma área em Porto Alegre livre de agrotóxicos. Vocês sabem o mal que fazem essas substâncias para um lugar como Porto Alegre, que tem várias feitas orgânicas, que nós conseguimos anunciar e fazer no tempo em que estivemos na SMIC. Esse material vai servir não só para tirar fora os venenos nas plantações; em seguida vai trabalhar contra os transgênicos e vai servir para que nós façamos mais uma apresentação, porque foi o nosso gabinete que buscou, junto com o Prefeito Fortunati, um material que estava guardado numa gaveta e que não trabalhavam nunca para trazer para votação. Conseguimos trazer para votação, aprovamos, o Cassio entra agora com este projeto e nós temos que nos preparar para fazer uma demarcação dessa zona, não está demarcada ainda. Então, nós vamos ter zona livre de agrotóxicos e também uma demarcação dessa zona, que é muito pequena – são 4,3% da nossa terra – para esse tipo de trabalho. Nós

vamos ter que fazer com que seja chamada a atenção, porque nós teremos que demarcar também a zona, ela não foi demarcada, só está sendo dito que tem uma área, dentro de Porto Alegre, para isso. Aliás, essa é a segunda maior área rural dentre as capitais, a primeira é em Palmas, no Tocantins. Então, vamos votar nisso, é um tempo longo que tem ainda para estudo, e, ao mesmo tempo, em seguida, apresentaremos um outro trabalho que vai ser para demarcar definitivamente a zona rural de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Goulart. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 088/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, venho encaminhar o projeto de autoria do Ver. Cassio Trogildo pela bancada do meu partido, o PSOL – portanto, falo em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina. A proposta de transformar a nossa zona rural do Município em zona livre de agrotóxicos tem todo nosso apoio. A qualidade de vida e a qualidade do que entra no nosso organismo pela boca deveria ser prioridade de todo cidadão. Essa questão não está associada apenas à ingestão momentânea de produtos potencialmente nocivos à nossa saúde. Boa parte dos agrotóxicos, Ver. Cassio Trogildo, apresenta bioacumulação, ou seja, a sua concentração total não é expelida pelo organismo, sendo armazenada por longos períodos, e o acúmulo progressivo dessas substâncias podem atingir índices que levem o indivíduo ao comprometimento da sua condição de saúde.

Nós precisamos pensar em todos os aspectos para votar e analisar esse tipo de projeto. A questão da alimentação saudável deveria ser um objetivo a ser seguido por todos nós, e não por isso apenas. Nós precisamos analisar também a questão da interferência em outras espécies. Percebe-se, anualmente, que a produção de cítricos no mundo está decaindo, isso por conta de uma diminuição na quantidade de abelhas. As populações de abelhas estão sendo prejudicadas pelo uso de defensivos agrícolas de forma indiscriminada, ou seja, livrar a nossa Cidade de agrotóxicos talvez garanta saúde para esses animais, que são os principais agentes de polinização de várias espécies de frutos. Portanto, não é uma questão apenas de garantir alimentação saudável, mas sim de garantir quantidade de alimentos, rendimento para as propriedades, para os pequenos produtores da nossa Cidade. Ou seja, o projeto como um todo qualifica não apenas a nossa alimentação, mas também qualifica o estado salutar do ambiente natural, preserva espécies – muitas são aliadas dos seres humanos. Existem técnicas que não prejudicam a natureza em substituição ao uso indiscriminado dos agrotóxicos. Portanto, nós, que vemos com muito bons olhos e apoiamos a iniciativa do Ver. Cassio Trogildo, encaminhamos e pedimos às outras bancadas o voto positivo à iniciativa.

É uma questão de longo prazo. Quando a nossa Cidade vai mudar? Amanhã, ano que vem, daqui a dez anos? Talvez não haja tempo suficiente para recuperarmos

todos os prejuízos agregados pelo uso dessas substâncias. Precisamos avançar, avançar em qualidade de vida e saúde para toda a nossa população.

Um grande abraço a todos, e pedimos que os demais Vereadores e Vereadoras votem positivamente a essa iniciativa que agrega qualidade de vida e agrega saúde para o nosso município. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 088/17.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero cumprimentar o Ver. Cassio e o Prof. Alex também. Eu sou um defensor, desde que cheguei aqui na Casa, da alimentação saudável. Portanto, Presidente, Cassio Trogildo, fiz uma sugestão para a realização de uma feira orgânica aqui nas dependências da Câmara Municipal. É comida saudável. Eu me lembro que até os 15 anos, na minha cidade, na minha casa era tudo orgânico, tudo saudável; eu vim aprender a comer o veneno depois que me tornei adulto, e ele faz mal. Ele é prejudicial à nossa saúde, à saúde, assim como disse o Alex, dos animais, às nossas abelhas. Eu, inclusive, tinha um projeto Alex, sobre um restaurante, no mínimo 15% tinha que ser comida saudável. E nas escolas, tinha que ser saudável, a comida. As nossas crianças já estão obesas aos 15, 17 e 18 anos e já apresentam doenças intestinais. Muito veneno. Há uma pressa. A população cresce, mas há uma pressa muito grande, Ver. Oliboni, de vender, não importa como.

Então, parabéns pela sua fala, parabéns ao Presidente Cassio. Vai ter sempre um cara positivo votando “sim” nessas matérias nessas matérias, que são o bem da humanidade, são o futuro do nossos filhos e dos nossos netos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra para discutir o PLL nº 088/17.

O SR. FABRÍCIO LUNARDI: Srs. Vereadores, com extremo respeito ao Presidente Cassio Trogildo, que me acolheu tão bem, assim como os demais Vereadores, é que me coloco em situação de divergência, não ao projeto em si, mas em relação ao tema. E me vejo numa situação de necessidade de ressaltar alguns pontos: o primeiro deles é que não há, de fato, uma unanimidade científica a respeito, então, em face disso, não cabe ao Estado proibir a utilização, Ver. Alex, que ressaltou o lado oposto disso. Para tanto, eu gostaria de ler um trecho dum livro, de Nicholas Vital, que eu retirei hoje (Lê.): “Não há na história registro de morte comprovadamente relacionada ao consumo de alimentos convencionais por ingestão de resíduos. Também não houve aumento nos casos de câncer, apesar do uso intensivo de agrotóxicos nos

últimos 50 anos. A incidência dos principais tipos de doença se manteve estável entre 1975 e 2009, por outro lado, os orgânicos foram responsáveis por, ao menos, 35 mortes e mais 3 mil casos de intoxicação alimentar pela bactéria *E. coli*, na Alemanha, em 2011.”

O segundo ponto é que, na minha visão, como liberal, isso está limitando o poder de escolha do cidadão, bem como do proprietário que quiser comercializar o alimento como ele bem entende. Por isso, para mim, essa política se mostra com caráter antiliberal.

E o terceiro ponto é que os agrotóxicos que fazem a produção agrícola em larga escala levam a comida mais barata à população. Se a gente for comparar o preço, a diferença pode chegar a 270% a mais do que se paga em produtos que não são orgânicos. Os preços mais altos podem ser explicados pela combinação de dois fatores: produtividade menor e custos operacionais. A gente ainda pode comparar que, desde que se começou a usar os agrotóxicos, o crescimento populacional tem uma curva ascendente muito impressionante. O uso de defensivos agrícolas é grande responsável pela revolução verde na década de 1960 e que, a partir da década seguinte, transformou o Brasil de importador de alimento para a condição de um dos maiores exportadores do mundo. A agricultura orgânica tem meu total respeito, mas as plantações convencionais, por meio de investimentos vultosos em ciência, levam comida barata e de qualidade à mesa dos brasileiros. Portanto, como eu disse, com o maior respeito queria colocar esses pontos de divergência que considero muito importantes, sobretudo, por considerarmos que esses alimentos vão parar na mesa de pessoas que não teriam acesso a eles em outra situação. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para discutir o PLL nº 088/17.

O SR. DR. THIAGO: Quando se discute aqui, Ver. Paulinho, que também é lá da região – eu vi agora o Ver. Gilson Padeiro –, quando se discute a questão da produção rural, e na questão livre de agrotóxico, claro que a gente tem observado que é muito mais saudável para as crianças, é uma situação que, sem dúvida nenhuma, impede a formação de problemas de problemas de saúde. Quando a gente discute isso, imbricado nisso, está a discussão, Ver. Prof. Alex, da questão da zona rural e do IPTU na zona rural. Nós tivemos, patrocinada pela COSMAM – queria fazer esse adendo aqui de que não é um projeto cuja discussão tenha a ver com isso, vai ter no IPTU, mas está imbricado nesse contexto –, uma reunião, na qual tive oportunidade de participar, promovida por COSMAM e CEFOR, numa propriedade rural, em que se discutia a questão do IPTU. E nós colocamos que zona de produção primária – a Fazenda explicou – não há incidência desse imposto, ele não existe. Mas é importante que estejamos atentos que nas propriedades do entorno que tiverem valor acima de R\$ 60 mil vai incidir IPTU e vai aumentar o IPTU. Portanto, isso no projeto que já está aqui,

do IPTU, pode significar a diminuição da produção primária na Cidade de Porto Alegre, porque, volto a dizer, não incide IPTU na propriedade que tem produção agrícola, Ver. Alex, mas no seu entorno. Mesmo na área rural vai incidir IPTU e vai aumentar o IPTU daquelas propriedades, a grande maioria é de propriedades de valor econômico maior que R\$ 60 mil, vai incidir e vai aumentar o IPTU. Portanto, também precisamos ficar atentos a isso para a preservação da zona rural de Porto Alegre e da produção agrícola e primária da Cidade de Porto Alegre.

Então, quero dizer que é muito salutar a gente poder discutir a questão de área livre de agrotóxico. A minha esposa é engenheira agrônoma, a gente acaba procurando, principalmente para as crianças, nossas três crianças, produtos da região agrícola de Porto Alegre, livre de agrotóxicos, de produção orgânica. Só queria fazer essa ressalva, esse alerta, no projeto do IPTU, para termos atenção a isso. Nós temos que cuidar também, no projeto do IPTU, para não inviabilizarmos a produção primária em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o PLL nº 088/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade do Ver. Fabrício Lunardi.

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLL nº 109/17 seja o primeiro na ordem da priorização de votação da Sessão da próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Provavelmente, Ver. João Bosco Vaz, será o segundo, porque há um requerimento do Ver. Dr. Thiago solicitando que um projeto de sua autoria seja o primeiro de quarta-feira.

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que, imediatamente, possamos passar à votação do Requerimento nº 164/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 164/17 – (Proc. nº 2359/17 – Ver. Valter Nagelstein e outros) – requer a constituição da Frente Parlamentar de Tecnologia e Inovação.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 164/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. VALTER NAGELSTEIN (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 17h47min): Está encerrada a Ordem do Dia.

Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2273/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 019/17, que autoriza o Executivo Municipal a desafetar e alienar, por meio de licitação pública, os próprios municipais que descreve.

PROC. Nº 2065/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 010/17, de autoria do Governo Municipal, que altera o § 2º do art. 225 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **(Serviço de água e esgoto – autorização p/ delegar ou contratualizar) Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 1777/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 029/17, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que inclui § 4º no art. 1º e inc. X no

caput do art. 3º da Lei Complementar nº 650, de 27 de agosto de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 688, de 15 de fevereiro de 2012, dispondo sobre a regularização de edificações não cadastradas existentes no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1833/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 033/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que renomeia o parágrafo único para § 1º e inclui § 2º no art. 56 da Lei Complementar nº 434, de 30 de dezembro de 1999 – que dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, dispondo sobre a divulgação de informações referentes a empreendimentos propostos por Projetos Especiais de Impacto Urbano e a medidas mitigatórias e compensatórias.

PROC. Nº 2102/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 036/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal e outros, que altera a ementa e o *caput* do art. 1º e inclui parágrafo único no art. 1º da Lei Complementar nº 502, de 16 de janeiro de 2004, dispondo sobre a realização de eventos nas quadras de associações e entidades carnavalescas no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 2382/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 022/17, que cria e extingue cargos de provimento efetivo na Administração Centralizada constantes da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, e alterações posteriores.

PROC. Nº 1995/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 222/17, de autoria do Ver. Moisés Maluco do Bem, que altera os incs. I e II do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.533, de 2 de janeiro de 2014 – que cria o Programa Parada Segura e revoga a Lei nº 8.493, de 18 de maio de 2000 –, alterando os horários em que não se aplicam o embarque e o desembarque de passageiros fora das paradas regulamentares.

PROC. Nº 2119/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 232/17, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que denomina Rua Gerônimo Monteiro de Souza o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil, Oitocentos e Sete, localizado no Bairro Chapéu do Sol.

PROC. Nº 1626/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 026/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que inclui al. *j* no inc. XVI do *caput* do art. 76, inc. XI no *caput* do art. 141 e Seção IV-A – Da Licença Parental –, com art. 153-A, na Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 – que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, incluindo a licença parental em rol de afastamentos considerados de efetivo exercício e em rol de licenças a que os funcionários públicos municipais têm direito e dispondo sobre a sua concessão.

PROC. Nº 1891/13 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 203/13, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que obriga as concessionárias de veículos automotores localizadas no Município de Porto Alegre a compensar a emissão de dióxido de carbono (CO₂) por meio do plantio de árvores nativas.

PROC. Nº 2467/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 245/16, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que convoca consulta à população, mediante plebiscito, sobre a criação de Unidade de Conservação na área conhecida como Fazenda Arado Velho, localizada no Bairro Belém Novo.

PROC. Nº 1226/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 142/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que obriga vencedores de licitações realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, a garantir paridade salarial entre homens e mulheres com mesmo cargo e tempo de serviço que compõem seu quadro de funcionários e determina que conste nos editais dessas licitações cláusula dispondo sobre essa obrigatoriedade.

PROC. Nº 1572/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 182/17, de autoria do Ver. Rodrigo Maroni, que determina às delegacias de polícia no Município de Porto Alegre, quando do registro de boletim de ocorrência relativo a maus-tratos de animais, a expedição de mandado de busca e apreensão em favor do denunciante ou do interessado na sua guarda ou tutela.

PROC. Nº 1773/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 204/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que institui o Programa Adote uma Caneca.

PROC. Nº 2229/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 248/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui o evento Festival Pioneiro da Tradição no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na primeira quinzena de setembro.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2062/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 007/17, de autoria do Governo Municipal, que inclui o art. 37-A e revoga o parágrafo único do art. 37, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. **Com Emendas nºs 01 e 02. (Extinção da licença-prêmio)**

PROC. Nº 2261/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 011/17, de autoria do Governo Municipal, que revoga o § 4º do art. 113 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que estende às entidades de cultura, recreativas, de lazer e

esportivas, sem fins lucrativos, as imunidades consagradas no art. 150, VI, c, da Constituição Federal.

PROC. Nº 2262/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/17, que aprova a Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGV) para efeitos de lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) relativo ao ano de 2018, altera dispositivos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, fixando novo sistema de alíquotas do IPTU, revoga e altera isenções, e dá outras providências. Altera a Lei Complementar nº 312, de 1993, alterando as divisões fiscais para áreas determinadas. Altera o § 2º do art. 1º da Lei Complementar nº 535, de 28 de dezembro de 2005, que estabelece a utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como indexador da Unidade Financeira Municipal (UFM), modificando o período de variação acumulada do IPCA utilizado como base para atualizar a UFM. Revoga dispositivos da Lei Complementar nº 212, de 1989, da Lei Complementar nº 249, de 1991, e da Lei Complementar nº 260, de 1991. **Com Emendas nºs 01, 02, 03 e 04.**

PROC. Nº 0915/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 094/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Praça Encontro das Famílias o logradouro não cadastrado conhecido como Praça Sete Mil e Oitenta, localizado no Bairro Hípica.

PROC. Nº 1832/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 212/17, de autoria do Ver. Adeli Sell, que inclui a efeméride Semana Municipal de Divulgação da Cultura do Povo Tradicional Pomerano no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que incluir o dia 27 de janeiro.

PROC. Nº 1854/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 247/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, cria e declara como Área Especial de Interesse Social I (AEIS I) a Subunidade 06 na Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 12 da Macrozona (MZ) 04 e define--lhe regime urbanístico.

PROC. Nº 1867/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 214/17, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que revoga a Lei nº 9.996, de 19 de junho de 2006 – que proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nas dependências de postos de gasolina, estacionamentos e similares localizados no Município, obriga-os a ostentar, em locais visíveis ao público, cartazes contendo o número desta Lei e os dizeres “proibido o consumo de bebidas alcoólicas” e dá outras providências.

PROC. Nº 1957/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 221/17, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que denomina Beco Theodoro Kowalski o logradouro não cadastrado conhecido como Beco Um – Estrada Armando Inácio da Silveira –, localizado no Bairro Extrema.

PROC. Nº 2081/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 228/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que denomina Rua Edgardo Rodrigues Xavier o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Cinco Mil e Vinte e Três, localizado no Bairro Aberta dos Morros.

PROC. Nº 2086/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Mês de Incentivo ao Aleitamento Materno – Agosto Dourado no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de agosto, em especial na sua primeira semana.

PROC. Nº 1863/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 037/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Gelson Santana – presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil.

PROC. Nº 2147/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 041/17, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que concede a Comenda Porto do Sol ao senhor Dorotéo Oliveira de Abreu Filho, conhecido artisticamente como Dorotéo Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, vim discutir a pauta, embora não queria que ocorresse, não por causa de vários projetos que são interessantes, mas porque começaram a tramitar projetos do Governo Municipal, extremamente complicados. Ver. Dr. Thiago, um deles é o projeto que extingue a Licença Prêmio do funcionalismo municipal, cumprindo a 2ª Sessão de Pauta. Eu entendo que nós estamos passando um ofício para que o conjunto de Líderes solicite ao Presidente da Casa para que a gente possa, enquanto Lideranças, segurar a tramitação para valorizar e priorizar a discussão na Comissão Especial que criamos, que votamos e queremos apostar que ela aprofunde esse tema, Ver. Bosco. Já vi que, nesse tema da licença-prêmio, o PMDB fez as emendas para transformar em licença-capacitação: se o servidor tiver que fazer um curso, aí ele pode ser liberado. Aí acho que é uma construção que é possível. Mas eu entendo e vejo que nós estamos num momento dramático e extremamente questionável, que é o momento de parcelamento de salários. É o terceiro mês que o Prefeito Municipal parcela salário – terceiro mês! Há uma ação na Justiça, uma liminar e já não acolhido o recurso, portanto com julgamento de mérito, determinando multa ao Prefeito Municipal por estar parcelando salário, porque o Prefeito não convenceu, Ver. Oliboni, não comprovou na Justiça que não tem dinheiro para pagar salário integral. E os salários, segundo a legislação federal, são prioridade absoluta nas contas governamentais. O salário do servidor se equivale à pensão alimentícia, o ex-marido que não paga a pensão alimentícia é preso, e os entendimentos

legais, na Constituição Federal, são de que o salário corresponde à pensão alimentícia. Portanto é de alimentos que se trata e é isso que o Prefeito está parcelando, e está sendo multado. E a multa, apesar do sindicato ter pedido que a multa seja aplicada ao Prefeito, ao CPF, porque é ele que faz o parcelamento, o Judiciário entendeu que a multa tem que ser aplicada ao Município. Então, ainda lesa o Município parcelando salário, recebendo multa, portanto o orçamento público é que vai pagar a multa diária de R\$ 10 mil. Se essa multa for aplicada agora no mês de setembro, que está em curso, Ver. Oliboni, vai dar mais de R\$ 100 mil, porque já deram mais de dez dias, hoje é dia 11 de setembro. Portanto, é grave, gravíssimo este momento. E nada me tira da cabeça e da nossa convicção que o Prefeito age dessa maneira: ludibriando as contas, porque, se nós olharmos no *site* Transparência, vamos ver que, sim, há um saldo a maior do que tem de receita e do que foi pago, portanto o Prefeito joga com os números, porque é óbvio que aquilo não basta, tem que ter a disponibilidade financeira, pois nós ficamos sabendo que o Prefeito anda pagando contas antes do final do mês para não ter essa disponibilidade. O contrário do que um Prefeito, como o Prefeito de Rio Grande – depoimento que eu tenho do Secretário de Educação de Rio Grande, Vereadores: a Prefeitura poupa 24 dias, para chegar ao último dia do mês e honrar o salário do servidor, da servidora. Então, não é possível que nós estejamos vivendo isso, e aqui na Câmara nós coloquemos a tramitar projetos como esses que tiram direitos, como a privatização do DMAE, que é outro projeto que está na discussão preliminar de Pauta hoje. Há possibilidade, Vereadores, de concessão, de PPP, de terceirização do fornecimento de água e do saneamento na cidade de Porto Alegre. E este então é um tema dramático, porque o DMAE está pagando integral, Presidente Cassio, o DMAE não está parcelando, então é a prova de que o DMAE é superavitário, que o DMAE investe permanentemente R\$ 50 milhões, R\$ 60 milhões ao ano, e é capaz de buscar financiamento por ser superavitário, por ser saneado, e não parcela o salário dos seus servidores porque o DMAE tem receita própria, essa receita cobre o seu custo e é superavitário, Ver. Bosco. Veja bem, aí o Prefeito manda PPP para cá com o DMAE que sequer precisa parcelar os salários. Não tem como mascarar, por óbvio, porque o DMAE é superavitário, e é fundamental para cidade de Porto Alegre reinvestir na Cidade. Aí vai gastar uma parte disso contratando empresa, terceirizando, mas quem pode autorizar algo como isso? É impossível! O Ver. Dib, inclusive, está liderando movimento contrário a este projeto de lei que está na discussão preliminar. Liderando – liderando, Ver. Nedel! E eu espero que ele seja o seu líder também, porque não é possível que um órgão superavitário, que empresta dinheiro para a Prefeitura, que mantém financiamento de grandes obras importantes, tenha que ser privatizado, que é a intenção do Prefeito Marchezan. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, na Pauta de hoje temos muitos projetos de lei, mas faço questão de falar em um dos projetos aqui em tramitação, de minha autoria, Projeto nº 1833/17, que dispõe sobre desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre e dá outras providências; alterações posteriores dispondo sobre divulgação e informações referentes a empreendimentos propostos por projetos especiais de impacto urbano e as medidas mitigatórias ou compensatórias. Eu fazia questão de fazer aqui uma breve leitura da exposição de motivos, até porque o projeto de lei prevê, no mínimo, uma divulgação muito mais visível de, quando instituído o empreendimento, qual foi a medida mitigatória ou compensatória naquela região ou bairro da nossa Cidade.

A previsão legal da existência de medidas mitigatórias e compensatórias, popularmente conhecidas como contrapartidas, significou um grande avanço para a Cidade no processo de debates e de construção do Plano Diretor e Desenvolvimento Urbano e Ambiental da nossa Cidade. A construção de grandes empreendimentos pode e deve reverter-se em benefícios concretos à população, em especial, por meio da urbanização de vias e da construção de equipamentos públicos de uso coletivo nas áreas de lazer, cultura, saúde, educação, mobilidade urbana e outros.

No entanto, atualmente, quando há um crescimento significativo do número de empreendimentos autorizados, percebe-se uma tal falta de informações disponibilizadas à população sobre a aplicação da legislação em vigor.

Difícilmente, a população fica sabendo da aplicação da contrapartida, para tornar-se de conhecimento público. Em muitos casos, há dúvidas sobre a real aplicação sobre a real aplicação das medidas mitigatórias ou compensatórias, bem como no método utilizado pelo exercício para defini-la em conformidade com o Decreto nº 19.383, da Lei de 29 de abril de 2016.

Grandes empreendimentos na nossa Cidade têm sido realizados decorrentes do grande vigor econômico brasileiro na última década. E todos nós que andamos pela Cidade sabemos o que acontece.

Recebem das medidas compensatórias realizadas em benefício da população, muito poucas. Em algumas regiões como o Norte, Extremo-Sul, Lomba do Pinheiro, Partenon, Jardim Botânico e assim por diante, nós não percebemos isso acontecer, portanto tais empreendimentos autorizados não significam melhoria na qualidade de vida da população ao não prever contrapartidas ou ser realizadas em locais distantes daquelas comunidades. Vou dar um exemplo: se andarmos pela Ipiranga ou qualquer outra via, vemos as ciclovias, e parte dessas ciclovias é parte das medidas compensatórias de uma grande empresa na nossa Cidade, mas são compensações bem distantes do bairro na qual elas se constituíram.

O presente projeto de lei complementar não esgota todas as possibilidades e necessidades que garantam adequação, aplicação à legislação existente, mas busca contribuir para isso e estabelecer transparência mínima sobre as medidas mitigatórias ou compensatórias. Nessa lei, eu estou propondo uma medida muito simples, que passe a ser visível para toda a população, na placa da obra, que diz do valor e uma série de

coisas, a medida compensatória ou mitigatória. É uma coisa simples, mas que, aos olhos da população, se tornará uma fiscalização muito presente, até para que não haja desconfiança, em tese, de que aquela empresa não fez nada para a nossa Cidade. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo o Processo nº 1908/17 (Comum), de autoria do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre.

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu ouvi há pouco a Ver.^a Sofia Cavedon falar sobre o projeto do DMAE. A Ver.^a Sofia é professora, certo que é professora de Educação Física, ela é uma pessoa extremamente inteligente, acho que ela leu o projeto do DMAE que prevê uma PPP para os serviços de saneamento cloacal e pluvial. Ela, o Simpa e outras pessoas insistem em dizer que é privatização. Olha, eu acho impressionante como querem divulgar inverdades. É uma pena esta Casa aqui perder o seu tempo. É claro que não é uma privatização, é uma captação de recursos para que a iniciativa privada atenda ao grande déficit de saneamento básico da nossa Cidade. Só o DEP precisa mais de R\$ 1 bilhão para resolver os problemas que ele tem com os arroios, com bacias de contenção, com o desassoreamento do Dilúvio, com o desassoreamento do Guaíba! Meu Deus do céu, quanto de dinheiro precisa? Nós também temos déficit de saneamento sanitário, do esgoto cloacal. Tem regiões na nossa Cidade que, se o DMAE vai fazer isso, vai levar mais de 50 anos para pagar esse passivo que a Cidade tem. Então, por gentileza, seria bom que lessem os projetos, são em Língua Portuguesa, não são em grego. É fácil de ler, mas as pessoas não querem. As pessoas devem pensar: “Puxa, mas esses Vereadores não sabem ler um projeto em português?” Não é possível.

Bem, também tem outros projetos aqui que me deixam preocupado. O Ver. Marcelo Sgarbossa recoloca, neste ano, vários projetos que já foram derrotados no ano passado, foram rejeitados por esta Câmara, mas ele insiste em colocar de novo os mesmos projetos. Ele já apresentou a tal de licença parental; voltou. Agora, obriga as concessionárias de veículos automotores a compensarem a emissão de dióxido de carbono por meio de plantio de árvores nativas em Porto Alegre. Meu Deus do céu. Ele entra na gerência da iniciativa, entra na atividade econômica, e sabe que isso é ilegal.

Aqui também, do mesmo Vereador, garante a paridade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo e mesmo tempo de serviço nas empresas que vençam licitações no Município. Então, mais uma vez entra na iniciativa privada. É uma vergonha! E nós Vereadores vamos dizer como Fulano deve administrar a sua empresa, como deve pagar salário? Parece brincadeira. A Câmara só se desprestigia com esses pretensos projetos que, na verdade, querem, em vez de colaborar, atrapalhar.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Fabrício Lunardi está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. FABRÍCIO LUNARDI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, água e esgoto poderia ser para todos, poderia ser uma realidade para todos em Porto Alegre. Poderia, se o DMAE até 2035 conseguisse investir o necessário de 2,7 bilhões. Infelizmente, o DMAE consegue investir apenas 828 milhões com os próprios braços. A falta de água e esgoto pode gerar doenças na população. Com água e esgoto, poderíamos aliviar o nosso sistema de saúde. Um levantamento feito pela Universidade de Harvard mostra que a falta de saneamento pode, inclusive, afetar o desenvolvimento do cérebro infantil. Então, atualmente, a gente não tem como, com o DMAE como está, com o inc. II do art. 225 da Lei Orgânica como está, a gente não vai ter 100% de água e esgoto para a população de Porto Alegre. Porém, alterando é possível. Admitindo a parceria com a iniciativa privada isso é possível. Será que a fobia à iniciativa privada vai impedir novamente que as pessoas tenham acesso a um bom serviço? Então, essa pulga atrás da orelha que eu quero deixar para os colegas Vereadores. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não havendo mais nenhum Vereador inscrito, está encerrado o período de Pauta. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h07min.)

* * * * *